

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCIANO JUNIOR MARASCHIN

ANARQUIA:
FEDERALISMO E AUTOGESTÃO NA COMUNA DE PARIS DE 1871

CHAPECÓ
2024

MARCIANO JUNIOR MARASCHIN

ANARQUIA:
FEDERALISMO E AUTOGESTÃO NA COMUNA DE PARIS DE 1871

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão

CHAPECÓ

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Maraschin, Marciano Junior

Anarquia: Federalismo e Autogestão na Comuna de Paris de 1871 / Marciano Junior Maraschin. -- 2024. 65 f.:il.

Orientador: Doutor Leonardo Rafael Santos Leitão

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2024.

1. Anarquismo, Federalismo, Autogestão, Comuna de Paris.. I. Leitão, Leonardo Rafael Santos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCIANO JUNIOR MARASCHIN

ANARQUIA:

FEDERALISMO E AUTOGESTÃO NA COMUNA DE PARIS DE 1871

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO RAFAEL SANTOS LEITAO**
Data: 11/01/2025 19:31:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **CASSIO CUNHA SOARES**
Data: 09/01/2025 17:44:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cassio da Cunha Soares - UFFS
Avaliador



Prof. Ms. Marcelo da Cruz Cortes – PPGH - UFRGS
Avaliador

Dedico este trabalho a todas as pessoas que um dia se insubordinaram diante de alguma injustiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

aos meus pais, o senhor Edesio Francisco Maraschin e à senhora Delfina Maraschin, por conceberem minha vida e me darem as condições materiais para que eu me dedicasse integralmente aos estudos;

à minha tia, a senhora Neiva Maraschin, que cedeu um espaço de seu terreno para que construíssemos nossa casa, fazendo com que assim, fugíssemos do aluguel;

ao meu tio, o senhor Jacir Dalla-Riva, que ajudou a construir nossa casa e até hoje nunca nos cobrou nada por isso;

ao meu orientador, o professor Leonardo Rafael Santos Leitão, por ter me ajudado ao longo das disciplinas dos TCC's I, II e III, e, por traduzir o resumo deste trabalho para o inglês;

às professoras, Adiles Savoldi e Rubi Iara Garcia Vieira, por toda ajuda e suporte em alguns dos momentos que mais precisei;

ao professor Edinei Marcos Grison, que foi como um “pai” para mim nos períodos de Estágio Curricular Supervisionado;

aos professores, Cassio Brancalone e Marcelo Cortes por aceitarem participar da minha banca;

a todas as pessoas que lutaram contra a ordem burguesa e conseguiram, ao longo da história, alguns dos direitos fundamentais que desfrutamos hoje (menção honrosa aos coletivos: Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento das Mulheres Campesinas, que empenharam-se arduamente na reivindicação da UFFS em nossa região);

ao meu gatinho, o meu Miminho, por me fazer companhia no decurso das minhas inúmeras leituras e escritos;

aos discos:

Beneath the Remais, Arise, Chaos A.D. e Roots do Sepultura; Kill ‘em All e Ride the Lightning do Metallica; Kiss of Death, Overnight Sensation, Overkill e Hammered do Motörhead; Black Sabbath, Paranoid, Master of Reality, Vol 4, Sabbath Bloody Sabbath, Heaven and Hell e Dehumanizer do Black Sabbath; Phoenix e Survival do Grand Funk Railroad; Machine Head, In Rock, Burn e o Come Taste the Band do Deep Purple; Loco Live, Mondo Bizarro, Brain Drain e Adios Amigos dos Ramones, por aliviarem meu estresse e tensão mental no decorrer de todos esses anos...

Nossos netos serão mais felizes do que nós: livres e iguais, eles serão irmãos, não cidadãos; não terão mais Estados, governos, constituições; e é para que eles possam viver tranquilos, sem fazer política, que somos obrigados a fazer hoje.
GUILLAUME, James, 2009.

RESUMO

Tratamos do Movimento Anarquista neste Trabalho de Conclusão de Curso como o universo de estudo à nossa pesquisa acadêmica, tendo a Comuna de Paris de 1871, como o objeto sociológico da investigação. Além disso, exploramos as principais ideias ligadas ao Federalismo (proudhoniano) e à Autogestão (socialista). Como suporte teórico e epistemológico à revisão bibliográfica que fazemos, utilizamos as ferramentas disponibilizadas pelas disciplinas da Sociologia Histórica e da História Social. Na análise, discutimos a atuação do movimento anarquista (francês) na insurreição parisiense, destacando o surgimento e a extinção da Associação Internacional dos Trabalhadores. Nisso, também debatemos a influência dos membros da A.I.T. na fundação dos “clubes revolucionários” e dos “Comitês de Vigilância”, órgãos essenciais para a descentralização governamental durante a existência da Comuna. Dentre os autores que abordamos, destacamos: George Woodcock, Max Nettlau, Jean Préposiet, Kristin Ross, Ian McKay, Alexandre Samis, Karl Marx, Horácio Gonzáles e Prosper-Olivier Lissagaray. Ademais, explicitamos a omissão e a deturpação histórica que a escola marxista dirigiu às práticas anarquistas utilizadas no período comunal ao longo das décadas. Por fim, concluímos, a partir da criação do Movimento Anarquista como organização política em 1868, que a Comuna de Paris de 1871, é a primeira revolução proletária antiestatista e antiautoritária.

Palavras-chave: anarquismo, federalismo, autogestão, comuna de Paris.

ABSTRACT

This undergraduate thesis examines the Anarchist Movement as the academic focus of our research, with the Paris Commune of 1871 as the sociological object of investigation. Additionally, we explore key ideas associated with Federalism (Proudhonian) and Self-Management (Socialist). To support our bibliographic review, we employ theoretical and epistemological tools from Historical Sociology and Social History. Our analysis discusses the role of the (French) anarchist movement in the Parisian insurrection, highlighting the emergence and dissolution of the International Workingmen's Association (IWA). We also debate the influence of IWA members in founding the "revolutionary clubs" and "Vigilance Committees," which were essential for governmental decentralization during the Commune's existence. The authors we engage with include George Woodcock, Max Nettlau, Jean Préposiet, Kristin Ross, Ian McKay, Alexandre Samis, Karl Marx, Horacio González, and Prosper-Olivier Lissagaray. Moreover, we address the historical omission and distortion of anarchist practices by the Marxist school throughout the decades. Finally, we conclude that the Paris Commune of 1871, emerging from the establishment of the Anarchist Movement as a political organization in 1868, represents the first anti-statist and anti-authoritarian proletarian revolution.

Keywords: anarchism, federalism, self-management, Paris Commune.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Paris revolucionária.....	64
Figura 2 – Barricada Praça de Vendôme.....	64
Figura 3 – A Coluna de Vendôme derrubada.....	65
Figura 4 – Comunardos a postos para o combate.....	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA.....	16
3 A ANARQUIA OU O ANARQUISMO.....	20
4 O FEDERALISMO.....	31
5 A AUTOGESTÃO.....	35
6 A COMUNA DE PARIS DE 1871.....	39
6.1 A FRANÇA E A PARIS ANTES DA COMUNA.....	39
6.2 DEMARCAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNA.....	42
6.3 A COMUNA.....	44
6.4 INCOERÊNCIAS DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS DIANTE DOS ATOS E FATOS DA GUERRA FRANCO-PRUSSIANA E DA COMUNA DE PARIS.....	48
6.5 PRINCIPAIS ATOS E DECRETOS DA COMUNA.....	51
6.6 OS ERROS DOS COMUNARDOS.....	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE.....	64

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo de ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, em 2018, eu já realizava – de maneira autodidata – alguns estudos ligados à *História das Ideias e Movimentos Anarquistas* (WOODCOCK, 2002a). Aliando, neste cenário, os meus anseios por um mundo mais justo e solidário, às “*utopias*” por mim acessadas nos livros, acabei priorizando – devido também à minha necessidade de uma titulação acadêmica – o curso de Ciências Sociais em detrimento de outras Ciências.

Tal como Kropotkin (2011b, p. 77), eu entendera que "Só no dia em que as letras e a ciência se verem livres da escravidão mercenária [as mesmas] tomarão o seu verdadeiro lugar na obra do desenvolvimento humano". Ou seja, naquele instante, o “chamado” para me tornar um professor de Sociologia, acabara de ressoar.

Conciliando, portanto, meu interesse pelas teorias e práticas anarquistas com o meio acadêmico, incorporei a este Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais o *Movimento Anarquista* como o *universo* de minha pesquisa teórico/bibliográfica; e, a *Comuna de Paris de 1871*, como o *objeto* de meu estudo sociológico. Desse registro, nomeei meu TCC: *Anarquia: Federalismo e Autogestão na Comuna de Paris de 1871*.

Vinculando sua importância interdisciplinar e universitária, a pesquisa que faço contribui com os estudos direcionados à Comuna de Paris de 1871, por adicionar à análise histórica as percepções da *Sociologia Histórica* e da *Ciência Política*. Não obstante, dialogaremos com múltiplas áreas do conhecimento humano, enriquecendo a atividade com uma análise sociológica mais abrangente e aprofundada sobre o tema. Visto também que, algumas das barreiras metodológicas que separam as disciplinas das Ciências Humanas nos parecem ser invisíveis (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Ademais, o trabalho faz-se significativo ao debate científico por contrapor as análises marxistas, as quais dizem que a Comuna de Paris de 1871 fora uma obra do “acaso” (MCKAY, 2021). Explicando melhor, o “Federalismo” e a “Autogestão” (política e econômica) não se desenvolveram na Paris de 1871 por uma mera casualidade histórica (como pressupôs Marx e seus seguidores), mas sim, consoante o resultado da herança revolucionária da França de 1789, e, de intensos debates ocorridos no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, a A.I.T., por sua ala *libertária* e/ou *anarquista*.

Abarcando outros argumentos sobre a relevância do estudo da Comuna de Paris, podemos indicar que tal evento histórico pode nos servir como um caso de “estudo

comparativo” ou, uma baliza, exatamente para analisarmos outras experiências revolucionárias, bem como movimentos sociais contemporâneos que buscam formas alternativas de organização política, econômica e social¹.

Em todo caso, a Comuna de Paris de 1871 é o grande marco na história da *luta de classes* e dos movimentos sociais revolucionários modernos. Justamente porque, a mesma é considerada a *primeira Revolução Proletária e/ou Socialista* da história (MARX, 2016). Vista desta perspectiva a entendemos como um experimento popular de autoinstituição (SAMIS, 2011a) e “[...] um laboratório de ideias políticas” (ROSS, 2021, p. 29). Noutras palavras, dentre a miríade de ideologias revolucionárias de “esquerda” e/ou “extrema-esquerda” que permeavam o imaginário teórico e insurrecto de indivíduos do século XIX, tivemos, na Paris de 1871, a confluência concreta da *práxis* democrática (direta) e da emancipação social² teorizadas.

No breve período de seus 72 dias (mais precisamente entre 18 de março a 28 de maio de 1871) em que “o proletariado europeu assaltou os céus”, a Comuna – através da descentralização dos poderes econômico e político – inseriu no cotidiano dos cidadãos parisienses os substratos do federalismo proudhoniano (internacionalista) e da autogestão (popular).

Nesse sentido e de acordo com Alexandre Samis (2011a) e Iain Mckay (2021), três foram os principais grupos revoltosos que organizaram a nova estrutura (sem classes) da cidade: os jacobinos; os blanquistas; e os anarquistas (proudhonianos)³. É, mais especificamente a partir destes últimos que trato o *Movimento Anarquista* (francês) como o meu *universo de estudo*; e, conseqüentemente, a *Comuna de Paris de 1871*, como o meu *objeto sociológico*.

Seguindo esta linha histórica e de pensamento apresento a este TCC a minha *questão de pesquisa*, isto é: “Qual foi o papel dos anarquistas franceses – junto de jacobinos e blanquistas – na organização descentralizada dos poderes político e econômico; na

1 E propomos isso para além deste TCC, pois, possivelmente aqui serão feitas apenas menções e/ou observações a esse respeito.

2 Em resumo, na Comuna de Paris de 1871 buscou-se a emancipação do trabalho e/ou da classe trabalhadora (a autogestão proletária) em relação à ordem burguesa do capital e da propriedade.

3 “Os primeiros eram republicanos radicais, inspirados pelos Jacobinos da Grande Revolução Francesa, e buscavam primariamente a mudança política, com a questão social a ser tratada depois. Os Blanquistas seguiam seu herói de mesmo nome, Louis Auguste Blanqui, a favor de um partido de revolucionários profissionais que tomaria o poder em um golpe e implementaria o socialismo de cima para baixo. Os Proudhonianos eram inspirados pelo socialismo federalista de Pierre-Joseph Proudhon, as primeiras pessoas a chamarem a si mesmos como anarquistas, e eram um grupo misto que Gluckstein corretamente divide em alas à direita e à esquerda” (MCKAY, 2021, p. 02).

implantação do federalismo (internacionalista); e, na autogestão político-econômica da população parisiense durante a Comuna de Paris de 1871”?

Como hipóteses, destacamos que os movimentos de “esquerda” na França, mais exclusivamente em Paris, aliados à influência das ideias federalistas, mutualistas e coletivistas (uma vez e melhor organizadas pelo movimento anarquista através da Associação Internacional dos Trabalhadores) foram cruciais para a estruturação da Comuna e a sua adoção de práticas autogestionárias, incluindo a *democracia direta* e a tomada de decisões coletivas pelos “comitês populares”, além da criação de novas instituições na cidade, como o “povo em armas”, por exemplo, que destituiu o caráter político da polícia.

Nesse contexto histórico e sociológico autogestionário, os *communards*⁴ puderam se organizar sem a necessidade de um Estado centralizador e estabelecer relações de solidariedade entre si, o que favoreceu a implementação de *ideais anarquistas* como a igualdade de salários, a coletivização de propriedades, a educação para ambos os sexos, a cooperação e o apoio mútuo entre os cidadãos parisienses, e, a abolição (ao menos momentânea) do exército permanente.

Isso exposto, o *objetivo geral* do TCC é: analisar criticamente – a partir de uma investigação bibliográfica (híbrida), mais ligada à *História Social* e à *Sociologia Histórica* – o papel do *Movimento Anarquista* e a relevância histórico-sociológica da *ação libertária* na *Comuna de Paris de 1871*.

Sobre os *objetivos específicos* desta investigação, examinamos em pormenores a aplicação dos princípios do “Federalismo” e da “Autogestão” na Comuna. Doravante, planejamos entender as implicações político-institucionais e econômicas do federalismo autogestionário na sublevação; apontar as suas contribuições teórico-práticas para o campo anarquista/socialista; identificar as contradições, tanto do federalismo quanto da autogestão durante a revolução de 1871; e, correlacionar os ensinamentos destes modos de organização social com o pensamento sociopolítico contemporâneo. Além de tudo, intencionamos criticar a omissão e/ou a deturpação – teórica e histórica – que a escola marxista conduziu através das décadas ao pensamento e às práticas anarquistas implementadas na Comuna.

Como aporte teórico para esta hercúlea empreitada contaremos com as contribuições históricas, filosóficas, sociológicas e políticas dos seguintes autores e obras: a) – George Woodcock, com seus ensaios referentes à *História das Ideias e Movimentos Anarquistas I e II*; b) – Jean Préposiet, com seu livro referente à *História do Anarquismo*; c) – Max Nettlau e sua

4 *Communard* (aportuguesado comunardo) era a denominação dos membros e apoiadores da Comuna de Paris em 1871.

História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo; d) – Iain McKay, com seu artigo intitulado *Anarquismo, Marxismo e as lições da Comuna de Paris*; e) – Kristin Ross e o seu *Luxo Comunal*; e) – Alexandre Samis e as suas *Negras Tormentas*; f) – Horácio Gonzáles e sua obra *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*; g) – Karl Marx e *A Guerra Civil na França*; h) – Prosper-Olivier Lissagaray e a *História da Comuna de 1871*, além de outros inúmeros autores e livros.

2 METODOLOGIA

A *Sociologia Histórica* não é apenas um mero subcampo – e recente – das Ciências Sociais. Isso porque, encontramos suas origens nas abordagens dos três principais nomes da Sociologia: em Marx e Weber, quando os mesmos propuseram “[...] explicações sobre o capitalismo, a formação das classes e as formas de dominação”; e, em Durkheim, quando este estudou “[...] a divisão social do trabalho e as formas de solidariedade”. Nesse aspecto, tais pensadores “[...] são recorrentemente identificados com a produção de uma sociologia comparativa ou, mais propriamente, de uma sociologia histórica” (VALLE, 2018, p. 58).

Para Monsma; Salla e Teixeira (2018, p. 68), no período entre as duas grandes guerras, “[...] a sociologia histórica chegou a ser a abordagem predominante na sociologia alemã”, a qual evidenciou-se nos trabalhos de: Max Weber e seu irmão Alfred; Franz Oppenheimer; Werner Sombart; Karl Mannheim; e Norbert Elias.

No entanto, devido à repressão político-ideológica do Partido Nazista, tais sociólogos da história acabaram fugindo ou sendo enviados ao exílio. Consequentemente, esta abordagem histórica da sociologia nunca mais recuperou a sua primordial relevância nas terras germânicas. Pós-II Guerra Mundial, a sociologia histórica sobreviveu em trabalhos de alguns poucos exilados alemães, como é o caso de Reinhard Bendix, nos EUA, e de Norbert Elias, na Inglaterra (MONSMA; SALLA; TEIXEIRA, 2018).

Como “Escola”, a Sociologia Histórica reemergiu nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos. Lá, o intelectual pioneiro foi Barrington Moore Jr., e seus alunos mais célebres foram Charles Tilly e Theda Skocpol⁵. Este grupo de acadêmicos opôs-se inicialmente ao “[...] funcionalismo parsoniano e [...] [à] pesquisa empírica positivista e empirista” (correntes que dominavam as análises sociológicas estadunidenses); foi influenciado pelos conflitos e movimentos sociais dos anos 60; atraíram-se “[...] pelo marxismo, enfatizavam o poder, a dominação e os conflitos, [e] dialogavam com a história social inglesa e francesa” (MONSMA; SALLA; TEIXEIRA, 2018, p. 68).

Essa vertente sociológica ou subcampo da sociologia histórica cresceu e se institucionalizou nos anos de 1970 e 1980 na América do Norte. Seu escopo era estrutural e materialista, focado “[...] em um conjunto de questões centrais derivadas, direta ou indiretamente, do trabalho de Marx ou de Weber: as origens do capitalismo, consciência e

5 Todos lecionaram ou fizeram seus estudos na Universidade de Harvard.

conflitos de classe, revoluções sociais, [e] a formação do Estado” (MONSMA; SALLA; TEIXEIRA, 2018, p. 69).

Ao introduzirmos a sociologia histórica de Pierre Bourdieu em nossa atividade, debruçar-nos-emos sobre o artigo de Ione Ribeiro Valle (2018): *Sociologia Histórica ou História Sociológica? Diálogos a partir de Pierre Bourdieu*. Por conseguinte, e, perante a exposição da cientista social catarinense, concluímos que diferentes textos do renomado sociólogo francês encontram-se intimamente conectados à sociologia histórica. Dessa perspectiva, compreendemos que o tom áspero que Bourdieu direcionou à História e caracterizou “[...] o processo de elaboração das suas principais categorias de análise” foi sendo gradualmente eliminado com o decorrer dos anos⁶, sem, no entanto, perder o seu viés crítico (VALLE, 2018, p. 52).

Em *An Invitation to Reflexive Sociology*, Bourdieu e Wacquant (1992, p. 90, tradução nossa) escrevem que: “[...] toda sociologia deve ser histórica e toda história sociológica”. Desta forma, esse excerto confirma a narrativa de Valle (2018), onde a educadora enfatiza que Pierre Bourdieu afirma não haver sentido uma separação entre a *Sociologia* e a *História*. De modo sintético, Bourdieu argumenta “[...] em favor da unificação das ciências sociais [...] [e defende] o encurtamento das distâncias entre [a] sociologia e [a] história” (VALLE, 2018, p. 56).

Sob este contexto (histórico, sociológico e metodológico) emprego – como método e suporte – a *Sociologia Histórica*⁷ ao meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Dado que discutiremos sobre movimentos sociais: *anarquismo*, *blanquismo*, *jacobinismo*, *marxismo*; consciência e *luta de classes* (proletariado *versus* burguesia); poder/dominação e conflitos (destruição do Estado, *federalismo* e *autogestão*); alternativas ao capitalismo (*socialismos*); além de conversarmos com a *História Social*, a *História das Ideias*, a *Ciência Política* e a *Sociologia Política*.

Portanto, e de maneira sucinta, os procedimentos metodológicos adotados para nosso TCC, enfatizarão uma pesquisa de narrativas, apontando como técnica a investigação bibliográfica de forma ampla e irrestrita. Dessarte, utilizaremos todos os livros que estiverem à nossa disposição (tanto os livros escritos por historiadores, quanto aqueles redigidos por

6 Segundo Chartier in Bourdieu (2017), Pierre Bourdieu denunciou a história (ao menos a francesa) “[...] por [esta] recusar a reflexibilidade crítica, por manifestar seu gosto pelas falsas oposições, sua atração pela má filosofia e [por] sua ignorância dos clássicos das ciências sociais” (p. 12).

7 A sociologia histórica é o método a ser utilizado por mim na pesquisa, não o crivo das obras a serem estudadas.

sociólogos, cientistas políticos ou filósofos sociais⁸); e, além deles, todos os artigos encontrados na *Internet* que dialoguem – de alguma forma – com nossa dissertação⁹.

Não obstante, como critério de avaliação para essas “investigações de narrativas” e “análises bibliográficas”, empregaremos o método de observação e investigação weberiano, conhecido nas ciências sociais como: *neutralidade axiológica*.

Explicando melhor, no modelo de objetividade científica das ciências naturais, onde suas leis envolvem relações de exterioridade e de causa e efeito (biologia/células, química/moléculas, etc.), “[...] o sujeito não se confunde com o objeto do conhecimento, como ocorre nas ciências humanas” (GONÇALVES, 1995, p. 373). Desta maneira, para tal modelo de objetividade científica existe a neutralidade de quem efetua a pesquisa, pois, não há inter-relação subjetiva entre o sujeito e o objeto. Émile Durkheim (2007), por exemplo, ao tentar afastar esta subjetividade do observador em relação ao objeto de sua sociologia, criou o “Fato Social” (o qual tratou como “coisa”). Foi deste modo que o sociólogo acreditou ter resolvido a questão (a qual envolve a neutralidade do sujeito em relação ao objeto de estudo), tornando o objeto, independente e/ou autônomo do observador.

Em Max Weber (2010), o objetivo de sua sociologia compreensiva, e também de seu texto: *A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais*, foi contestar as ideias metodológicas das ciências naturais e também os métodos científicos que se faziam prevalecer nas ciências sociais de sua época. (Lembrando que quando Weber estava vivo, a Sociologia buscava ainda afirmar-se como ciência).

Na perspectiva metodológico-sociológica weberiana, o objeto (o “fato social”), é motivado e construído subjetivamente por princípios e valores do próprio pesquisador:

Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição enquanto objeto de pesquisa. Deve-se isso ao caráter particular do alvo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais que se proponha a ir além de um estudo meramente formal das normas – legais ou convencionais – da convivência social (Weber, 2010, p. 87).

Resumidamente, para que o observador (cientista social/sociólogo) consiga desprender-se intelectualmente de seu objeto de estudo por completo – potencializando assim a objetividade

8 Lembrando que os livros possuem caráter atemporal.

9 Nesse sentido, trabalharemos com a pesquisa bibliográfica realizando “[...] um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico”, requerendo, de nossa parte, uma atenção especial quanto à “vigilância epistemológica” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 37).

da *neutralidade axiológica* –, ele precisa ser justo e imparcial, deixando de lado todos os seus valores pessoais, interesses ou preferências ideológicas nas suas análises (KALBERG, 2010). Em conclusão, são esses princípios teórico/metodológicos que norteiam e motivam a realização do nosso trabalho.

A seguir, iniciaremos a nossa investigação com o capítulo sobre a Anarquia ou o Anarquismo.

3 A ANARQUIA OU O ANARQUISMO

A composição do *anarquismo*, segundo Kropotkin (2007) e Woodcock (2002a), tem suas origens com os *Enragés* (os “Raivosos”) na Revolução Francesa de 1789. Tal grupo, ultrarradical¹⁰, liderados pelo ex-sacerdote e professor Jacques Roux (1752-1794) e pelo operário Jean Varlet (1764-1837), propunha a igualdade política, cívica, social e tributária a todos os franceses. Por atuarem em *ação direta* muito próximos às massas populares, e também por serem inflexíveis quanto à constituição de um novo governo após a “Queda da Bastilha” – mais precisamente porque: acreditavam que “[...] a delegação da vontade popular equivale[ria] a uma alienação da sua liberdade (PRÉPOSIET, 2020, p. 38) –, receberam a alcunha de *anarquistas*¹¹. Varlet, conforme nos expõe Woodcock (2002a), em 1793, publicou o que é considerado hoje “[...] o primeiro manifesto anarquista¹² da Europa continental” (p. 62), mesmo ano em que o filósofo inglês Willian Godwin (1756-1836), editou uma dura crítica aos erros dos governos e, o aniquilamento dos mesmos, na obra: *Justiça Política*, projetando desta forma as bases para uma teoria filosófica e sistemática do *Anarquismo* (p. 63).

Desse registro, precisamos enfatizar as observações feitas por Kropotkin (2021), em seu estudo referente à Revolução Francesa: *A Grande Revolução (1789-1793)*, em que, os princípios anarquistas ou, o *proto-anarquismo*, de Godwin, não têm “[...] sua origem em especulações teóricas, mas nos fatos [concretos] da Grande Revolução” (p. 182). Isto é: no ensaio – de baixo para cima – da “Comuna”; na independência dos distritos e seções em detrimento do governo municipal; na *práxis* das massas junto ao “governo direto”; na assistência aos pobres; na atuação dos cidadãos em assembleias gerais para a legislação e administração da Comuna; nos “mandatos imperativos”, etc. Além de que, as ideias de Jacques Roux e Jean Varlet, relativas à comunalização e nacionalização do comércio, organizando assim, as trocas dos produtos pelos preços de custo, inspirariam – além do por nós já citado William Godwin – Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

10 Estavam situados no espectro político da época, à esquerda dos *hebertistas*, dos *montanheses* e dos *jacobinos*.

11 Nos cabe aqui ressaltar que tal acusação lhes fora feita apenas em tom depreciativo, pejorativo e/ou de insulto.

12 *L'Explosion* (A Explosão). Na obra, Varlet, referindo-se à tirania de Robespierre, nos diz: “Que monstruosidade social, que obra-prima do maquiavelismo é este governo revolucionário. Para qualquer pessoa que pense, *governo e revolução são incompatíveis*, a menos que o povo queira constituir as suas bases de poder em permanente insurreição contra si mesmo, o que é absurdo acreditar” (VARLET, 1984 in PRÉPOSIET, 2020, p. 38).

Em termos didáticos, foi o filósofo – social e político – francês: Pierre-Joseph Proudhon, o primeiro a pleitear a si a insígnia de *anarquista*¹³. Isto, no livro: *O que é a Propriedade?*, de 1840. Proudhon, considerado por Préposiet (2020, p. 95) como “[...] o verdadeiro fundador da doutrina anarquista”, e por Woodcock (2002a), como “o primeiro anarquista”, em sua trajetória, teórica e política, batalhou arduamente – e mesmo que de maneira isolada –, para transformar a percepção do “senso comum” sobre a *anarquia*¹⁴. Simplificadamente, a “[...] *an – arquia*, [é uma] expressão originária do grego “*ἀναρχία*”, [e] pode ser lida como *ausência de poder, senhores, governos, autoridade, hierarquia*, etc.” (BRANCALEONE, 2020, p. 25). Do raciocínio exposto, torna-nos possível interpretar a preposição como: 1 – tanto no *sentido negativo* da ideia (relacionando-a como sinônimo de bagunça, desordem, caos, baderna, etc.); e, 2 – quanto no *sentido positivo* do termo, onde a sociedade, emancipada (do capital e da ordem burguesa), se autogovernaria, única e exclusivamente, através de contratos livres, envolvendo princípios morais, econômicos e políticos, vinculados ao *mutualismo* ou, ao *coletivismo*, ou até mesmo, ao *comunismo libertário* federalistas¹⁵. Voltando nossa atenção aqui ao sentido etimológico da palavra *an – arquia*, sublinhamos, unilateralmente, o seu lado positivo, ressaltando assim, a compreensão do próprio Pierre-Joseph Proudhon (1997), o qual declarara que “[...] a maior perfeição da sociedade encontra-se na união da ordem e da anarquia” (p. 247).

Para fugir da competitividade perversa e predatória do capitalismo emergente, Proudhon propôs como sistema alternativo à sociedade liberal: o “Mutualismo”. De um modo simplificado, o *mutualismo*, defendido por Proudhon, é uma espécie de *Socialismo Associativo*. Aliás, insistamos nisso, o mutualismo, era a fundamentação econômica predominante no movimento operário francês, entre as décadas de 1830 até 1868 (MCKAY, 2021; PRÉPOSIET 2020, p. 96). Traduzindo – assim como já tentamos traduzir os ideários anarquistas preanunciados por Kropotkin n’*A Grande Revolução* –, não fora especificamente Pierre-Joseph Proudhon que, num ato de inspiração sobrenatural, psicografou a ideia das “associações operárias”. Explicando melhor, o “associativismo” – uma outra definição linguística para a mesma concepção econômica (a das associações operárias, ou, das

13 Para Leval *et al.* (2016), Proudhon cometera um erro, e mortal, por sinal, ao tentar, através de muita dialética, dar um sentido positivo a um vocábulo tão impreciso e contraditório.

14 “O sentido geralmente atribuído à palavra anarquia é ausência de princípio, ausência de regra; donde vem que se tenha tomado a palavra por sinônimo de desordem” (PROUDHON, 1997, p. 239).

15 Trataremos cada um dos três termos/sistemas no seu devido momento, mas de antemão, podemos esclarecer ao leitor que o Mutualismo é uma concepção econômico-política ligada ao pensamento de Proudhon; o Coletivismo, associa-se às ideias radicais de Mikhail Bakunin e o Comunalismo (federalista e libertário) às teorias de Piotr Kropotkin.

cooperativas de trabalhadores) –, teve a sua gênese expressa no decurso das ondas de greves e protestos de trabalhadores na revolução de 1830:

Aquele ano viu tipógrafos *partisans*, por exemplo, produzindo um jornal (*L'Artisan: Journal de la classe ouvrière*) que sugeriu que a única forma de deixar de ser explorado por um patrão era formar cooperativas. [Já] Durante as greves de 1833, isto foi reproduzido por outros trabalhadores qualificados e assim as cooperativas eram vistas por muitos trabalhadores como um método de emancipação do trabalho assalariado, muito antes de [Louis] Blanc [e Pierre-Joseph Proudhon] colocar[em] a caneta no papel” (MCKAY, 2021, p. 09).

Neste ponto, cremos ser importante ressaltar em nosso texto estas informações, as de que, as práticas e/ou concepções teóricas ligadas ao anarquismo, ao federalismo e à autogestão, nasceram do âmago revolucionário das massas populares auto-organizadas livremente. Isso, muito antes que os principais teóricos da filosofia *à crata* expusessem – de forma pormenorizada – tais ideias, nas suas, hoje, célebres obras. Reforçamos tais acontecimentos porque, conforme nos expõe Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924), em sua obra: *Que Fazer?*:

[...] os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa (LÉNINE, 1977, p. 20).

Ora, os operários mencionados por Lénine, já não estariam cientes de que todas as alianças feitas com a burguesia acabaram por trair os ideais revolucionários do proletariado e reforçar os privilégios da classe mais rica e esclarecida? Outra, como já vimos, Jacques Roux e Jean Varlet não eram “representantes instruídos das classes possidentes”. Além do que, os tipógrafos *partisans*, que produziram o jornal: *L'Artisan: Journal de la classe ouvrière*, na França, em 1830, também não o eram. Nesse aspecto, podemos levantar a hipótese de que Lénine, considerou em sua análise apenas o ano de surgimento da palavra “socialismo”, o que aconteceu, “[...] pela primeira vez, em novembro de 1831, no jornal *Le Semeur*, e depois, em fevereiro de 1832, em *Le Globe*¹⁶” (PETITFILS, 1977, p. 51). Em suma, a palavra ou, o

16 Segundo Durkheim (2016), a palavra *socialismo* foi forjada na Inglaterra, no ano de 1835, e, mais especificamente, nas discussões internas de uma sociedade – liderada por Robert Owen –, nomeada: *Associação de todas as classes e nações*. Em 1839, Reybaud utilizar-se-ia dos termos “socialismo” e “socialista” em sua obra *Reformateurs modernes*, a qual estudava as teorias de Saint-Simon, Owen e Fourier.

termo: *socialismo*, nasceu no início da década de 1830, como oposição ao *individualismo* liberal e burguês. Mas, sobre o outro enfoque do excerto de Lênine, mais precisamente, na parte onde o mesmo se refere à fundação do “socialismo científico”, o teórico russo alega que fora Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) os seus fundadores. Entretanto, o revolucionário bolchevique esquece-se ou, fingiu se esquecer, que a expressão: *socialismo científico*¹⁷, surge em 1840, na obra: *O que é a Propriedade?*, de um pensador autodidata, filho de camponeses, tipógrafo, e o qual, o próprio Karl Marx o chamou de proletário. Tais questões, por nós abordadas, seriam um mero erro factual de análise diante da vasta historiografia do movimento dos trabalhadores; ou, seriam distorções propositas, o que demonstraria, de antemão, um primeiro sinal da ambição por poder de Lênine, quando este liderou os bolcheviques na Revolução Russa de 1917 e transformou a “ditadura do proletariado” na ditadura de seu partido (MALATESTA, 2014)?

Ao desenvolver sua estrutura econômico-política voltada ao mutualismo, Proudhon, recebera clara influência – isso no início dos anos de 1840 – dos trabalhadores da seda de Lyon¹⁸. Estes, já reproduziam em suas práticas econômicas: ideias de crédito, troca e produção cooperativas (MCKAY, 2021). Do contexto, o anarquista francês sistematizou – *a posteriori* – o apoio financeiro¹⁹ e produtivo entre as cooperativas de trabalhadores associadas, enfatizando: a necessidade dos trabalhadores reconhecerem-se como classe, justamente para que, reconhecidos como tal, sua “potência associativa” *transmutasse* a ordem capitalista²⁰ (BRANCALEONE, 2020). Desta percepção, através das associações de trabalhadores e consumidores, com seus *fundos coletivos* para a manutenção dos *seguros de socorros mútuos* e, com os *mutirões do trabalho*, Proudhon imaginara abolir os tentáculos do Estado, e os

Reybaud, inclusive, reivindica para si a invenção do vocábulo.

17 Para Durkheim (2016), o “socialismo científico” não pode, exatamente, existir. Pois, para que tal socialismo tornasse-se plausível, seriam necessárias ciências que ainda não foram edificadas. De modo resumido, o socialismo não é uma “sociologia em miniatura”, justamente porque, o mesmo, é um grito de dor, e por vezes de cólera, expressado por homens que sentem de forma mais viva o nosso mal-estar coletivo.

18 De certo modo, o ideal socialista que Proudhon defendera já estava sendo posto em prática por tais trabalhadores (MCKAY, 2021).

19 O “Banco do Povo” era uma espécie de União de Crédito entre as cooperativas de trabalhadores que visava trocar produtos e serviços a preço de custo. Conforme nos expõe Woodcock (1998), “O Banco do Povo, que foi, provavelmente, a primeira organização de massa anarquista, tinha 27 mil membros quando Proudhon foi preso, em 1849” (p. 37).

20 “O problema da capacidade política da classe operária, assim como na classe burguesa e outrora na nobreza, equivale, então, a perguntar-se: a) se a classe operária, do ponto de vista de suas relações com a sociedade e com o Estado, adquiriu consciência de si mesma; se, como ser coletivo, moral e livre, distingue-se da classe burguesa; se ela separa desta seus interesses, se quer absolutamente não se confundir mais com ela; b) se possui uma ideia, isto é, se ela criou-se uma noção de sua própria constituição; se conhece as leis, as condições e fórmulas de sua existência; se prevê dela o destino, o fim; se ela compreende-se em suas relações com o Estado, a nação e a ordem universal; c) se dessa ideia, enfim, a classe operária está em condição de deduzir, para a organização da sociedade, conclusões práticas que lhe sejam próprias, e, no caso em que o poder, pela decadência ou pelo recuo da burguesia, teria a atribuição de criar e desenvolver uma nova ordem política” (PROUDHON, 2019, p. 59).

entraves deste, à “verdadeira ordem da sociedade”²¹, isto é, à ordem da liberdade e da justiça, onde os trabalhadores labutariam, uns para os outros (eliminando o mercado de trabalho capitalista), e compartilhariam, conseqüentemente, todos os benefícios de sua produção em comum. Como resultado, subtrair-se-ia, na *nova estrutura social*, todas as formas de “parasitismo”, uma vez desencadeadas pela burocratização uniforme das várias formas de Estado²².

Precisamos ainda ter em mente que o mutualismo proudhoniano é um sistema reformista e, inerentemente, pacifista, no sistema liberal/capitalista. Sendo específico, Proudhon considerava que a eliminação da injustiça social dar-se-ia de uma maneira não-violenta e, num processo, não-espoliador. Dito de outro modo, o filósofo francês não acreditava numa mudança instantânea e abrupta da ordem social, – como ele dizia: “uma revolução dura séculos” (PRÉPOSIET, 2020). Neste direcionamento, constatamos que, para a organização da “Democracia Operária”, Proudhon projetava a prevalência da ordem econômica sobre a política, combinando: propriedade (coletiva) com comunidade, o que – segundo a sua lógica –, acabaria por determinar as federações de células democrático-econômicas antiestatistas²³.

Esclarecidos alguns aspectos histórico-sociológicos acerca do surgimento do anarquismo, bem como, termos descrito um pouco sobre a teoria econômico-política mutualista, precisamos, a partir de agora, situar possíveis leitores deste Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, ao que diz respeito quanto aos princípios do *coletivismo* e do *comunismo* anarquistas²⁴. De antemão, o que podemos dizer, é que, o *federalismo* proudhoniano é um elemento comum em ambas as filosofias, bem como, as associações operárias, as quais, de certa forma, prescreveram aos discípulos

21 “O governo e a forma-Estado, independentemente de seu regime (democrático, monárquico ou aristocrático) são instâncias e mecanismos de dominação e submissão política. A anarquia, como antípoda, se apresenta como a ausência de senhor, ausência de soberano e, portanto, o autogoverno ou a livre associação das vontades. No lugar da soberania e em sintonia com o imaginário político de seu tempo, Proudhon encontrou a ideia de *contrato*, mas em uma chave muito singular. Na verdade, ele é crítico do contratualismo como saída fabular do ‘estado de natureza’ e origem da divisão entre ordem estatal e civil. No entanto, podemos considerá-lo como uma espécie de neocontratualista ao admitir a necessidade da *pactuação voluntária* e do *livre acordo* permanente para a formação de espaços coletivos e associativos que permitam o exercício pleno da liberdade e das autonomias individuais e coletivas” (BRANCALEONE, 2020, p. 34).

22 “X. - A política é a ciência da liberdade: o governo do homem pelo homem, qualquer que seja o nome que se lhe atribui, é opressão; a maior perfeição da sociedade encontra-se na união da ordem e da anarquia” (PROUDHON, 1997, p. 247).

23 “A revolução social – observa Proudhon – estará seriamente comprometida se for alcançada através de uma revolução política” (WOODCOCK, 2002a, p. 130).

24 As especificidades de influentes variantes do anarquismo, tais como: o anarco-sindicalismo e o anarcopacifismo, por exemplos, não serão abordadas neste TCC.

mutualistas/reformistas de Proudhon a constituição das primeiras Seções Francesas na Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.)²⁵, em 1865 (WOODCOCK, 2002a).

Já no terceiro Congresso da A.I.T., em Bruxelas, realizado entre os dias 06 e 13 de setembro de 1868, os delegados mutualistas franceses, os quais ainda se opunham à socialização das terras e indústrias, viram-se no momento em menor número e, por consequência, perder a “queda de braço” para a maioria dos delegados coletivista da Internacional. Indo ao ponto, o congresso de Bruxelas marcou a transição das ideais *mutualistas* para as concepções *coletivistas*, definindo, na ocasião, uma “economia socializada” como a reivindicação primária do movimento operário europeu. A “questão vital”, no entanto, conservara-se. Isto é, esta “socialização econômica”, dar-se-ia por quais meios? Os “libertários²⁶” ou, “autoritários”? Hoje, nos é evidente que o espírito daquelas reuniões tendeu à primeira corrente econômico-política (a libertária), visto que, os proudhonianos aceitaram a princípio o coletivismo, mas, mantiveram toda aversão à autoridade de seu professor (PRÉPOSIET, 2020, p. 96; WOODCOCK, 2002b, p. 12-3).

Mikhail Bakunin (1814-1876), mais um dos inúmeros herdeiros intelectuais de Proudhon²⁷, juntamente de delegados coletivistas belgas, espanhóis, suecos e italianos,

25 No ano de 1860, e através do “golpe de Estado aduaneiro”, Napoleão III (contrário à resistência de uma parte da burguesia francesa), estabeleceu o livre-cambismo no país. Doravante, com medidas de redução das tarifas alfandegárias, os ministros da França, Michel Chevalier e, da Inglaterra, Richard Cobden, estreitam relações comerciais entre os dois países. A Inglaterra, nesse ínterim, almejando demonstrar seu vigor industrial, em 1862, organiza uma Exposição Universal em Londres (a qual era uma propaganda da tecnologia fabril inglesa, e também, da relação “natural” e “pacífica” entre o capital e o trabalho). Dado o contexto, Napoleão III, desejando trazer para próximo de seu círculo político os setores mais mobilizados do operariado francês, financia a ida e a hospedagem de 183 operários franceses ao evento. Estes últimos, contactando os trabalhadores *trade-unionista* (sindicalistas) ingleses, ensinam – por motivos antagônicos e, logicamente, subversivos aos interesses dos órgãos oficiais – uma aproximação mais viva e consistente entre o proletariado internacional. Do primeiro diálogo nascia, portanto, o que viria a ser sedimentado posteriormente, especificamente na reunião de Saint Martin’s Hall, em Londres, no dia 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou, a A.I.T. (DROZ, 1972; GUILLAUME, 2009; PRÉPOSIET, 2020). Dali ecoaria aos sete ventos a grande máxima: “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores” (LISSAGARAY, 1991, p. 18).

26 “A procedência da palavra *libertário* é francesa. Foi inventada por Joseph Déjacque ao situar suas considerações a respeito de certos escritos de Proudhon em correspondência mantida, principalmente, em 1857. Entre 1858 e 1861, durante sua estadia nos Estados Unidos, fundou o jornal *Le libertaire*, no qual se posicionava contra a propriedade, a escravidão, a condição dos indígenas, o confinamento da loucura, noticiava o movimento social europeu, antecipava o feminismo anarquista e defendia a associação de indivíduos livres” (PASSETTI, 2013, p. 34). A partir de então, *anarquista* e *libertário* tornaram-se sinônimos. Contudo, ao longo do século XX, teóricos neoliberais estadunidenses se apropriaram do termo *libertaire*, para denominar – através dele – as suas “verdades”. Podemos compreender tais filosofias hodiernamente como “anarco”-capitalistas, o que, por si só, é um tremendo contrassenso. Justamente porque, o anarquismo prega a extinção de “toda autoridade” imposta e, os anarcocapitalistas, ao defenderem a propriedade privada dos meios de produção materializam, desta forma, todo o poder dirigente autoritário, impositivo e superior.

27 Bakunin quando citava Proudhon, o denominava como o “mestre de todos nós”; e, por mais que discordasse das ideias do pensador francês a respeito da propriedade individual e das operações bancárias mútuas, jamais deixou de o reverenciar como um autêntico revolucionário, e o melhor dos teóricos socialistas (WOODCOCK, 2002a).

substituíram – atuando no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores – a ênfase econômica do proudhonismo na propriedade individual, e, a transmutaram, no ideal de propriedade coletiva de instituições voluntárias. Essas últimas – a grosso modo –, assegurariam a cada operário a licença de fruição integral ao produto de seu trabalho (WOODCOCK, 2002a, p. 20).

De forma sintética, o *coletivismo* de Mikhail Bakunin, também conhecido como *anarquismo coletivista* ou “socialismo libertário”, é uma *práxis* política *revolucionária* – (e não reformista!). Bakunin, guia-se, a princípio, pelas ideias proudhonianas. No entanto, ao longo de sua experiência filosófico-revolucionária, o pensador russo lapida tais ideais, e os amplifica, numa fórmula – tão radical – que os leva até às suas “últimas consequências” (BAKUNIN, 2020).

Sob esta interpretação, o anarquismo coletivista pode ser por nós compreendido como uma filosofia, ou ideal, que aspira a expropriação dos meios de produção burgueses e, a sua socialização, ou, coletivização, pelas mãos dos próprios trabalhadores. Estes últimos – já organizados e emancipados socialmente como *classe* – autogestionarão, nesse aspecto, as fábricas e os campos, num arranjo organizacional federativo. Pontualmente, de maneira descentralizada e comunal, onde os atores sociais, através da *democracia direta* (“de baixo para cima”, e, “da periferia ou circunferência para o centro”), decidem o destino de suas vidas mediante a atuação em comitês e assembleias populares construídos em cada rua, bairro, fábrica ou federação. Assim, seguindo tal raciocínio, extinguir-se-ia a burocratização governamental e política, uma vez, centralizada nas instituições verticais e hierárquicas da forma-Estado.

Entendendo isso, a “origem de ser”, do coletivismo, pode ser melhor expressa nas palavras utilizadas pelo próprio Mikhail Bakunin no Congresso da Liga da Paz e da Liberdade²⁸, ocorrido em Berna (Suíça), nos dias 21 e 25 de setembro de 1868:

28 A Liga da Paz e da Liberdade foi uma organização de solidariedade internacional que visou garantir estratégias (político-econômicas) entre os povos que se viam ameaçados pelos blocos conservadores (entenda-se: monarquistas). Em seu meio, a Liga congregou revolucionários pequeno-burgueses, intelectuais e veteranos exilados de 1848, passando por republicanos radicais (posição de Giuseppe Garibaldi), até socialistas revolucionários de extrema-esquerda (casos de Mikhail Bakunin e James Guillaume, por exemplos). Bakunin e Guillaume, alinhados a Cesar de Paepe (além de outros comissários), foram os representantes da A.I.T. no primeiro Congresso da Liga, em Genebra, no ano de 1867. Tais delegados, entendiam que a Liga da Paz e da Liberdade não possuía uma “verdadeira razão de ser” e, por isso mesmo, ansiavam pelo apoio dos seus integrantes, além de que, estes últimos, afiliassem-se à Associação Internacional dos Trabalhadores. O desenrolar dos dois únicos congressos organizados pela Liga (1867 [Genebra] e 1868 [Berna]), entretanto, decepcionou os emissários socialistas, visto que os setores mais conservadores da Liga eram contrários ao socialismo, e, possuíam verdadeira ojeriza a profundas transformações sociais (GUILLAUME, 2009).

Porque peço a igualização econômica e social das classes e dos indivíduos, porque, com o Congresso dos trabalhadores de Bruxelas [1868], declarei-me partidário da propriedade coletiva, acusaram-me de ser *comunista*. Que diferença, disseram-me, fazeis entre o comunismo e a coletividade²⁹? Estou surpreso, realmente, que o sr. Chaudey não compreenda essa diferença, ele que é o executor testamentário de Proudhon. Eu detesto o comunismo porque ele é a negação da liberdade e porque não posso conceber nada de humano sem liberdade. Não sou absolutamente comunista porque o comunismo concentra e faz absorver todas as forças da sociedade no Estado, porque ele desemboca necessariamente na centralização da propriedade nas mãos do Estado, enquanto eu quero a abolição do Estado – a extirpação radical desse princípio da autoridade e da tutela do Estado, que, sob pretexto de moralizar e civilizar os homens, até este dia os subjugou, oprimiu, explorou e depravou. Eu quero a organização da sociedade e da propriedade coletiva ou social de baixo para cima, pela via da livre associação, e não de cima para baixo por meio de qualquer autoridade que seja. Ao desejar a abolição do Estado, quero a abolição da propriedade individualmente hereditária, que não é outra coisa senão uma instituição do Estado, uma consequência do princípio do Estado. Eis em que sentido sou *coletivista* e de forma alguma comunista (BAKUNIN *apud* GUILLAUME, 2009, p. 171).

Entrementes, no quarto Congresso da A.I.T., organizado na Basileia (Suíça), entre 6 e 12 de setembro de 1869, a maioria “coletivista antiautoritária”, afirmou o viés econômico-político *antiestatista* e *revolucionário* da Internacional diante de duas minorias: uma proudhoniana, e, a outra, marxista.

Três anos mais tarde, em Haia (Holanda), durante os dias 2 a 7 de setembro, de 1872, e após, inúmeras disputas pelo controle político da Associação, entre “autoritários” e “antiautoritários”, Marx – por meio de uma manobra envolvendo a impossibilidade de Bakunin³⁰ e das seções francesa, espanhola, suíça e italiana fazerem-se presentes no congresso –, forjou uma maioria artificial de delegados no Conselho Geral e expulsou Mikhail Bakunin³¹, além de outro coletivista, James Guillaume (1844-1916), da Associação Internacional dos Trabalhadores. Nesta circunstância, sob proposição de Karl Marx e

29 “Essa palavra ‘coletividade’ é evidentemente um erro de impressão ou um lapso; Bakunin deve ter dito ou quis dizer ‘coletivismo’” (GUILLAUME, 2009, p. 171).

30 Não apenas a falta de dinheiro impediu Bakunin de se fazer presente no congresso, mas também, o risco de ser preso na França e Alemanha, pré-arquitetado por Karl Marx ao organizar o congresso na Holanda (CORRÊA, 2019, p. 374).

31 A minoritária fração socialista que compunha a Liga da Paz e da Liberdade, a partir da figura de Mikhail Bakunin, em 1868, funda a *Aliança Internacional da Democracia Socialista* (DROZ, 1972; LISSAGARAY, 1991; SAMIS, 2011a). Tal organização “secreta”, que preliminarmente contava apenas com membros de Genebra, possuía na cartilha de seu programa econômico-político alguns dos grandes temas do anarquismo: a abolição do Estado, a igualdade, o ateísmo, a supressão do direito de herança, etc. Essas discussões, baseadas nos conteúdos da Aliança, desenvolvem-se em seguida na Itália, Espanha e, sobretudo, entre os operários relojoeiros no cantão suíço do Jura (PRÉPOSIET, 2020, p. 96-7). Diante de tais eventos históricos, a Aliança Internacional da Democracia Socialista solicita à Associação Internacional dos Trabalhadores, um ano mais tarde, o consentimento da mesma para a sua adesão. Inicialmente, o Conselho Geral de Londres – lembrando que Londres era o único exílio político garantido (LISSAGARAY, 1991, p. 19) – recusa a filiação de uma Internacional em outra. Porém, e não sem reticências, o Conselho londrino aceita, em novembro de 1869, a *Alliance de la Démocratie socialiste de Genève* como uma seção da A.I.T. (DROZ, 1972, p. 845). Dali em diante, Marx enxergou em Mikhail Bakunin não mais um aliado às causas revolucionárias e socialistas, mas sim, um opositor político.

Friedrich Engels, o Conselho Geral foi transferido – estrategicamente – de Londres (Inglaterra), para Nova York (E.U.A.), implodindo, deste modo, a Internacional (GUILLAUME, 2009; CORRÊA, 2019; PRÉPOSIET, 2020).

Marx, um ano antes (de 17 a 22 de setembro de 1871), validou seus propósitos centralistas, discutidos – à surdina – na conferência de Londres (a qual deveria arquitetar o quinto congresso da A.I.T., em Haia). Hoje, os propósitos, tornaram-se claros: 1º – expulsar os aliancistas Bakunin³² e Guillaume da Associação; e, 2º – constituir a classe trabalhadora como *partido político* para garantir o triunfo da revolução social (CORRÊA, 2019; PRÉPOSIET, 2020).

Alguns delegados de federações contrárias ao Conselho Geral (6 italianos, 4 espanhóis, 2 franceses, 2 jurassianos e 1 americano), no dia 15 de setembro de 1872, realizaram um congresso extraordinário em Saint-Imier (Berna, Suíça). Ali, através da resolução: “Nature de l’action politique du prolétariat”, Mikhail Bakunin – representando a Internacional Antiautoritária –, depurou os objetivos e os métodos da *práxis* anárquica:

1º Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado; 2º Que toda organização de um poder político pretensamente provisório e revolucionário para conduzir essa destruição só pode ser um ludíbrio a mais, e seria tão perigosa para o proletariado quanto todos os governos hoje existentes; 3º Que, rejeitando todo compromisso para alcançar a realização da Revolução social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária (BAKUNIN, 1975, p. 360 *apud* NETTLAU, 2014, p. 177)

32 Para sermos justos com a história e libertos de nossas paixões teórico-políticas, salientando assim a nossa *neutralidade axiológica* na pesquisa, Marx e Engels souberam da carta de Mikhail Bakunin endereçada a Sergey Nechayev, em 02 de junho de 1870, em que Bakunin dizia: “Onde há guerra, há política, e assim surge, inevitavelmente, a necessidade da violência, da astúcia e da dissimulação. Sociedades cujos objetivos são próximos aos nossos [a A.I.T., por exemplo.] devem ser forçadas a fundirem-se com a nossa sociedade [a Aliança Internacional da Democracia Socialista] ou, ao menos, devem ser subordinadas a ela sem o seu conhecimento, ao passo que as pessoas nocivas devem ser delas removidas” (ADAM, 2020, p. 56-7). Em sua rede de sociedades secretas e alianças conspiracionistas, Bakunin procurou dar uma direção realmente revolucionária ao Conselho Geral da A.I.T., enquanto Marx, buscara, a partir deste órgão, o reformismo partidário dentro do sistema parlamentarista burguês. Esclarecido isso, Marx e Engels brecharam o desenrolar das ideias bakuninistas na A.I.T., em 1872, no congresso de Haia – todavia, sem darem o direito de defesa ou de resposta a Mikhail Bakunin.

Nesse sentido e, de acordo com Préposiet (2020), o congresso ocorrido em Saint-Imier determinou o momento da verdadeira criação do *Movimento Anarquista*³³: a *Internacional Antiautoritária*.

Destarte, a situação do movimento operário da época era: de um lado, um órgão oficial, o Conselho Geral da Internacional, recém-mudado para Nova York e sem mais nenhuma representatividade; do outro, a Internacional Antiautoritária, agrupada em torno da Federação Jurassiana, na qual, filósofos-militantes anarquistas, tais como: Piotr Kropotkin (1842-1921), Errico Malatesta (1853-1932) e Carlo Cafiero (1846-1892), ingressam subsequentemente. Nela, propõem, por meio de congressos, e assim como já havia feito Bakunin em relação às ideias de Proudhon, levar o *coletivismo revolucionário* às “últimas consequências”, ou seja, ao *anarquismo comunista*, ou, ao *comunismo libertário*. Para ser breve, nas teorias do *mutualismo e do coletivismo anarquistas* havia uma espécie de “salário” que os trabalhadores ainda recebiam por seus serviços. Já nos ideais do *comunismo libertário e anarquista*, a distribuição da produção seria livre, abolindo – como forma da coletivização completa dos meios de produção – qualquer tipo de salariato (KROPOTKIN, 2005; ROSS, 2021). De maneira simplificada, e para fecharmos nosso debate inicial sobre “A Anarquia ou O Anarquismo”, deixamos grifadas as palavras do anarco-comunista russo Piotr Kropotkin (2011b, p. 25), encontradas em, talvez, sua principal obra *A Conquista do Pão*: “Basta dessas fórmulas ambíguas, tais como: ‘direito ao trabalho’ ou ‘a cada um o produto integral do seu trabalho’. O que nós proclamamos é O DIREITO AO BEM-ESTAR – O BEM-ESTAR PARA TODOS”³⁴.

Resumidamente, tratamos neste capítulo sobre: a composição do anarquismo, as suas bases teóricas ligadas aos eventos da Revolução Francesa de 1789 (os “mandatos imperativos”, o “governo direto”, a troca dos produtos pelo preço de custo que influenciaria mais tarde os “socialistas utópicos”); a crítica de Pierre-Joseph Proudhon, o primeiro anarquista, à propriedade (a sua ideia de mutualidade e reformismo para contrapor a exploração e a sociedade de classes do sistema capitalista); a origem do termo socialismo; o

33 Trabalhamos neste TCC com as percepções teóricas de: 1) – George Woodcock (1998), o qual nos diz que o Banco do Povo, fomentado por Proudhon e já citado por nós em nota de rodapé na página 23, foi provavelmente, em 1849, a primeira grande organização anarquista; 2) – com a ideia de Jean Préposiet (2020), de que o movimento anarquista foi criado no congresso de Saint-Imier, em 1872, com a fundação da Internacional Antiautoritária; e, 3) – com a noção de Felipe Corrêa (2022), que cita a emergência do movimento anarquista no ano de 1868, microscopicamente, na mudança de correlação das forças do mutualismo para o coletivismo na A.I.T., ou, na constituição da Aliança Internacional da Democracia Socialista e a entrada desta, junto de Mikhail Bakunin na Associação Internacional dos Trabalhadores. Para concluirmos esta nota, mencionamos estas três visões sobre o surgimento do Movimento Anarquista para datarmos, em especial, a Comuna de Paris de 1871, o que ocorrerá no capítulo 6.

34 “Os coletivistas e comunistas prudentes como Malatesta previam a abundância de nenhum produto, embora desejassem ver a abundância criada de imediato por um trabalho planificado” (NETTLAU, 2014, p. 185).

surgimento da A.I.T.; o coletivismo revolucionário de Mikhail Bakunin; a maioria anarco-coletivista e antiautoritária na Associação Internacional dos Trabalhadores; o “centralismo” de Karl Marx na Associação e o seu objetivo de afastar os anarquistas da A.I.T. e constituir a classe operária em partido político; e, a fundação da Internacional Antiautoritária, criada por anarquistas remanescentes da 1ª Internacional em torno dos relojoeiros da Federação do Jura, na Suíça.

Nos próximos parágrafos, abordaremos um tema central da ideologia anarquista: o Federalismo.

4 O FEDERALISMO

O *Federalismo*³⁵ é configurado como a base das práticas organizacionais do Anarquismo (BERTHIER, 2016). E, ao examinarmos suas ideias ou concepções político/econômicas, nos é impossível não citarmos uma vez mais o nome do filósofo social francês: Pierre-Joseph Proudhon. O primeiro anarquista, em sua obra: *O que é a Propriedade?*, nos expõe, de uma maneira bastante genérica ainda, os pilares do seu “princípio federalista”³⁶, isto é: “A associação livre, a liberdade que se limita a manter a igualdade nos meios de produção e a equivalência nas trocas é a única forma possível de sociedade, a única justa, a única verdadeira” (PROUDHON, 1997, p. 247).

De modo mais claro, Proudhon afirma que a “liberdade que se limita a manter a igualdade nos meios de produção”³⁷ corresponde, em termos resumidos, à *abolição das hierarquias e das classes sociais*. Ou seja, suprimindo a propriedade individual dos meios de produção, a classe operária *emanciparia o trabalho* e, conseqüentemente, a si própria, em relação à ordem do capital. Rigorosamente porque, a ordem burguesa e capitalista, ou, a ordem da propriedade, digo: a ordem do salariado, dos juros, do ágio, do egoísmo, da miséria, da cobiça e do parasitismo, é o direito da força, é o direito do homem explorar o próprio homem (PROUDHON, 1997; PROUDHON 2019).

Expandindo tal entendimento e tateando uma definição concisa sobre o que é o federalismo (proudhoniano), podemos exprimir que numa sociedade onde a propriedade privada dos meios de produção é suprimida e coletivizada entre os trabalhadores, a participação destes últimos nas tomadas de decisões converte-se em atuações muito mais ativas: tanto nas atividades que agora compreendem os processos de produção das “cooperativas de trabalhadores”; quanto nos procedimentos político-administrativos que envolvem a vida dos cidadãos numa *Comuna*. Sinteticamente, não existindo a legitimação jurídico/militar da sociedade de classes, a qual é o cruel e desigual produto erigido sob o

35 O federalismo dos E.U.A., o qual influenciou o federalismo da Suíça, fora baseado no modelo político/organizacional de seis comunidades indígenas iroquesas. Isso foi o que admitiu em 1754 Benjamin Franklin (KAUFMANN, 2017). Na Revolução Francesa de 1789, a título de exemplo, 36.000 comunas buscaram estabelecer uma unidade nacional, não por meio de um governo central, mas sim, através das suas relações de cooperação diretas (KROPOTKIN, 2021).

36 O livro: *Do Princípio Federativo*, foi lançado por Proudhon em fevereiro de 1863, dois anos antes da morte do autor. Outra nota importante sobre esta obra, nos diz que a primeira tradução para o português fora feita por A. J. Nunes Junior, no ano de 1874, e intitulada: *Do Princípio de Federação*.

37 Para uma melhor compreensão do que aqui expomos, a primeira das outras nove proposições abordadas por Proudhon (1997) a respeito da *propriedade*, trata esta última como o “mal da terra” e o “suicídio da sociedade”.

regime da propriedade, o Estado centralizador, burocrático e policialesco, deixa de existir. Ali, então, o novo governo – autogestionado – torna-se *descentralizado* e federativo.

Neste governo ou “sistema total sócio-econômico” seriam contrabalançadas – e de forma complexa – as antinomias: *Autoridade e Liberdade*, visto que, a autoridade e a liberdade são polos naturalmente contrários. Contudo, não podemos nos esquecer que estes dois princípios antagônicos fundamentam todas as constituições e todas as formas de governo. Assim, a ideia de que em uma “sociedade anarquista” não existiriam leis, ou regras sociais, é um mero devaneio, ou, até mesmo, um erro crônico de interpretação textual ou teórica. Dado que, em absoluto, a democracia, a monarquia, a comunidade e a anarquia, não existem em lugar algum, uma vez que: “[...] não podendo realizar-se nem uma nem outra na pureza de seus ideais, ficam reduzidas a completar-se uma e outra por meio de empréstimos recíprocos” (PROUDHON, 2001, p. 66). Em vista disso, *a Liberdade deve estar subordinada à Autoridade e a Autoridade deve estar subordinada à Liberdade*, o que implica um perfeito equilíbrio entre suas contradições.

Indo ao ponto, Proudhon via no Federalismo o único sistema capaz de lidar com a complexidade das dialéticas³⁸. Desde, é claro, que fosse configurado não como um sistema político, mas como um sistema completo socioeconômico, no qual os diversos grupos de interesses humanos seriam os responsáveis pela criação das suas relações: tanto as econômicas quanto as políticas (TRINDADE, 2001). Na obra póstuma: *Da Capacidade da Classe Operária*, de 1865, Proudhon (2019), de modo mais exato nos dá a “fórmula” para tal sistema: “Assim, transportado à esfera política, o que nós chamamos até o presente mutualismo ou garantismo, assume o nome de *federalismo*. Em uma simples sinonímia é-nos dada a revolução por inteiro, política e econômica³⁹” (p. 168). Ditas tais palavras, necessitamos compreender que para Proudhon (1997), o trabalho, uma vez coletivo e emancipado, destruiria a propriedade⁴⁰.

Vale ressaltar, bem como já fora dito no capítulo anterior, que Proudhon não acreditava na transformação social por meio de uma revolução violenta ou de uma guerra civil⁴¹. O teórico idealizava uma transmutação das estruturas econômicas e sociais por meio de

38 É preciso salientar que a dialética utilizada por Proudhon em sua filosofia não é igual à dialética hegeliana, que possui uma *tese* e uma *antítese*, e das quais, resulta uma terceira “unidade perfeita” ou “ideia absoluta” que seria a *síntese*. Em Proudhon, desde 1843, no seu livro: *A criação da ordem na humanidade* é adotada uma dialética dual, chamada de “dialética serial”, onde os polos antinômicos (*tese*, *antítese*) não se resolvem. Desta forma, “[...] toda afirmação implica a existência de seu contrário” (SAMIS, 2017, p. 17).

39 “O verdadeiro problema [para a revolução socialista] resolver não é na realidade o problema político, é o problema econômico” (PROUDHON, 2001, p. 128).

40 Entenda-se a propriedade individual dos meios de produção.

41 “Uma revolução verdadeiramente orgânica, produto da vida universal, ainda que ela tenha seus mensageiros e seus executores, não é verdadeiramente a obra de ninguém” (PROUDHON, 2019, p. 74).

princípios morais essencialmente éticos, os quais gerenciariam o chão das oficinas (coletivizadas), instruiriam as escolas de operários, e orientariam a ordenação política, ou, a “Democracia operária”, a qual nada mais seria que uma extensão da organização econômica da sociedade federativa. Substancialmente, o sistema federativo tornar-se-ia o oposto da hierarquia e da centralização administrativa e governamental, sejam elas instauradas através das democracias imperiais, das monarquias constitucionais ou das repúblicas unitárias (PROUDHON, 2001).

Nos cabe distinguir ainda: 1 – o *Federalismo Liberal e Burocrático*, o qual não é senão o resultado institucional e constitucional de uma ordem aristocrático-burguesa (onde as decisões políticas são tomadas de forma vertical, de cima para baixo, e sem a participação direta dos sujeitos/cidadãos); e, 2 – o *Federalismo Socialista e Democrático*, oriundo das associações operárias, ou, mais precisamente, da coligação das “federações agrícola-industriais”, como nos diria Proudhon (2001), em que os trabalhadores industriais e agrícolas, de maneira descentralizada, e, de baixo para cima, re-organizariam o Estado, através da participação horizontal e efetiva nas tomadas de decisões via democracia de base e direta. O Estado seria, dessa forma, o agente responsável pela expressão e estímulo dos próprios trabalhadores associados. Por conseguinte: “A célula a partir da qual se constrói a sociedade federativa é dupla: a oficina e a comuna” (BERTHIER, 2016, p. 340); ou, em palavras resumidas: “[...] o federalismo torna-se [...] a instituição política do socialismo, a organização livre e espontânea da vida popular” (BAKUNIN in LEUENROTH, 1963, p. 51).

A espontaneidade do Ser coletivo é um ponto-chave na concepção federalista de governo. Justamente porque, o federalismo funda-se a partir de uma compreensão pluralista das sociedades. Exemplificando melhor, num sistema federalista o poder é compartilhado entre unidades regionais autônomas (como distritos ou províncias). Tais unidades regionais ou “grupos naturais”, como mencionara Proudhon (2001), seriam compreendidos como expressões da diversidade cultural e social dentro da Federação. Nessa perspectiva, as diversidades humanas seriam reconhecidas, valorizadas e, equilibradas, sem hierarquias, através da descentralização político/econômica nas comunas. Por exemplo, ao invés de um modelo político centralizado (um Estado nacional), o qual detém o monopólio do poder e busca a uniformidade da nação (como o mesmo idioma, a mesma moeda, o mesmo sistema educacional, etc.); o federalismo reconheceria e incorporaria as diferenças regionais: tanto as étnico/culturais, quanto as linguístico/políticas nas suas federações autônomas. Isso, permitiria aos grupos naturais um certo grau de autodeterminação para governarem segundo

as suas próprias necessidades e valores. É claro, dentro dos limites estabelecidos nos pactos já firmados pela Liga/Federação⁴² (TRINDADE, 2001).

Abreviadamente, tratamos neste capítulo, e de uma maneira breve, alguns dos princípios conceituais do federalismo (proudhoniano e socialista). Nas páginas seguintes discutiremos a Autogestão.

42 Mikhail Bakunin enumera 13 orientações em sua declaração de princípios para os *Estados Unidos da Europa* na obra: *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. Dentre eles destacamos, segundo Bakunin (2014): “[...] a federação livre dos indivíduos nas comunas, das comunas nas províncias” (p. 23); o “[...] abandono absoluto de tudo que se chama direito histórico dos Estados” (p. 23); “[...] jamais reconheceremos outros direitos, nem outros deveres, além daqueles que se fundam sobre a liberdade” (p. 24); “[...] prosperidade universal fundada sobre o trabalho, a justiça e a liberdade” (p. 24); e, “A Liga só poderá reconhecer uma única unidade: aquela que se constituirá livremente pela federação das partes autônomas no conjunto” (p. 26)

5 A AUTOGESTÃO

Muito antes dos anarquistas do século XIX se autointitular com um vocábulo radical de termo douto, viveram, em todas as partes do globo terrestre, seres humanos livres: os ácratas, que não necessariamente preocuparam-se com uma definição teórico/filosófica mais precisa sobre suas condutas e pensamentos (RECLUS, 2011). Desta mesma maneira, antes do conceito de *Autogestão* ser criado e/ou formulado, existiram práticas político/econômicas autogestionárias espalhadas por toda a Europa (KROPOTKIN, 2009)⁴³.

Tal exposição nos mostra que algumas experiências sociais precederam as palavras. Isso porque, o conceito de *Autogestão* surgiria na França somente na década de 1960⁴⁴, mais concisamente, no pós-maio de 1968, e, muito provavelmente, o vocábulo só seria impresso, no texto: *Concepções Anarcosindicalistas da Autogestão*, redigido por um militante da Aliança Sindicalista⁴⁵ (BERTHIER in LEVAL *et al.*, 2016, p. 71).

Da conjuntura, objetivou-se, por meio de discussões ligadas à democracia direta (nos comitês de oficina, comitês de fábrica, sindicatos da indústria, etc.), eliminar os interesses particulares ou individuais, e fazer surgir, na “célula base”, a essencial “predileção geral”. Simplificadamente: “É assim que se cria, partindo da base para chegar ao cume, uma sucessão de organismos de deliberação que exprimem o pensamento, o interesse comum, as decisões coletivas” (BERTHIER in LEVAL *et al.*, 2016, p. 75).

Dialogando ainda em nosso texto com o escrito de Berthier in Leval *et al.* (2016), esclarecemos que:

“Autogestão” é, antes de tudo um meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no

43 De acordo com Kropotkin (2009), as cidades medievais formaram-se naturalmente. Cada qual, à sua maneira, é claro, mas sempre, das livres associações entre indivíduos, contrabalançando os conflitos e ajustando-os às decisões comunais. Nas cidades livres da Idade Média – autônomas em relação aos territórios e jurisdições feudais –, os principais conceitos que as regulavam eram: a autoadministração (federação), a liberdade e a paz internas, a provisão de alimentos e, o alojamento – de todos os concidadãos. O trabalho, em muitos casos, não era nem assalariado individualmente, pois, na realidade, todas as pessoas faziam parte ou trabalhavam, respectivamente, em uma *guilda* ou corporação. Até mesmo os preços dos produtos, quando fixados, eram definidos em comum acordo.

44 “A palavra autogestão, relativamente recente – apareceu na língua francesa no início dos anos 60 – é a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo* sendo equivalente eslavo do prefixo grego *auto* e *upravljje* significando aproximadamente gestão) e nasceu para designar a experiência, político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura ao stalinismo” (ALMEIDA, 1983, p. 37).

45 Organização anarcossindicalista e sindicalista revolucionária.

local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarcosindicalistas; ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política (p. 71-72).

Tais definições acerca da autogestão possuem certas semelhanças, ou, em outras palavras, as ações teórico-práticas correlacionadas à autogestão estão, sim, conectadas e interligadas aos princípios do federalismo anarquista. Uma vez que, e, segundo Berthier in Leval *et al.* (2016): “[...] a organização geral da sociedade em regime de autogestão só pode se dar pelo federalismo” (p. 74), ou ainda: “[...] o federalismo é o complemento necessário da autogestão (p. 76). É sob este entendimento que podemos descrever o Federalismo e a Autogestão em concepções teórico/práticas e político/econômicas como organismos sociais que necessitam conviver simbioticamente, pontualmente porque, o primeiro não pode viver sem a segunda, e assim também, inversamente.

Clarificando o conceito da autogestão, devemos expor que a aplicação do princípio: “a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores”, está ligada ou é inerente à destruição da propriedade capitalista dos meios de produção. Pois, esta última, em termos voltados à sociologia econômica, é forjada e instituída juridicamente a partir da exploração do “mais-valor” e da alienação das forças coletivas na produção. Portanto, a transformação do monopólio capitalista em propriedade coletiva e autogerida pelos trabalhadores, os quais gerenciariam e re-distribuiriam equitativamente a sua própria produção, tem por objetivo “colocar a sociedade em posse de si mesma” (PROUDHON *apud* BANCAL, 1984, p. 181).

Ampliando esta observação, Pierre-Joseph Proudhon (1997), em *O que é a propriedade?*, apresentou uma análise materialista das forças sociais na produção coletiva, a qual antecipou, em 20 anos, a “mais-valia” ou o “mais-valor”⁴⁶, descrito por Karl Marx, n’*O Capital* (SAMIS, 2011b; MCKAY, 2021). Resumidamente, o primeiro anarquista percebeu que a *força coletiva* empreendida por trabalhadores durante o processo de produção é usurpada pelos capitalistas. De forma mais clara, a propriedade moderna tornou-se o *roubo*, pois, ao invés dela tornar-se posse coletiva e estar direcionada a suprir as necessidades da comunidade, a mesma dá ao capitalista o direito – de modo despótico – à *usurpação* da ação social e econômica das massas de trabalhadores. Numa sentença: *o capitalista se apropria daquilo que não produz!*

46 As traduções mais recentes feitas pela Editora Boitempo das obras de Marx e Engels trazem a expressão “mais-valor” no lugar da “mais-valia”. Por isso, utilizamos em nosso trabalho a significação: mais-valor em detrimento da segunda.

Entendido o processo do acúmulo de capital, Proudhon demonizou a propriedade e o Estado, uma vez que, é sobre a sociedade do trabalho que “[...] o Estado-monopólio funda, a exemplo da propriedade capitalista, sua opressão e exploração” (BANCAL, 1984, p. 176). Simplificando, é o Estado que legitima a alienação, a exploração e a opressão da força social e produtiva, pois “[...] ‘ele nega a autonomia real da pluralidade dos grupos de produção’ que compõem a sociedade trabalhadora em sua constituição econômica, e sua capacidade de se autogerir” (BANCAL, 1984, p. 180).

Logo, a ação coletiva das associações de trabalhadores ou dos produtores associados (a base e a projeção da sociedade igualitária) é que deve, com independência do Estado, criar os seus organismos econômico-políticos de relação. Exposto isso, reiteramos que a organização política deste governo autogestionado, democrático e socialista, torna-se a extensão de seu próprio arranjo econômico. Visto que, com a propriedade coletivizada e dirigida à satisfação das necessidades do povo, as microcélulas de deliberação social iniciar-se-ão no chão das fábricas, transferir-se-ão às agremiações de ruas e bairros e desembocarão numa organização maior. Esta última será composta por representantes políticos da classe trabalhadora, os quais estariam vinculados a “mandatos imperativos”. Isto é, se após discussões e acordos precisos (definidos em assembleias ou congressos operários) os representantes do proletariado agirem no âmbito parlamentar por seu próprio interesse, contrariando assim a vontade de quem lhes delegou o poder, estes mesmos representantes legislativos podem ser destituídos de seus cargos a qualquer momento por seus eleitores. Pois, o cume econômico-político de uma sociedade autogerida e federada é “a expressão controlada dos diversos níveis inferiores” (BERTHIER in LEVAL *et al.*, 2016, p. 75)

É preciso ficar claro: a autogestão federalista é antagônica ao centralismo capitalista e também ao centralismo socialista ou comunista (o que veremos em alguns pormenores quando tratarmos da Comuna de Paris de 1871). No momento, necessitamos destacar que a essência da autogestão é a destruição dos governos burgueses e a expropriação dos meios de produção capitalistas. Após este ato, e sem darmos aqui uma fórmula para a revolução futura, a realocação dos instrumentos organizacionais das sociedades dar-se-ão através das federações agrícola-industriais, tal como mencionara Proudhon (2001), onde os sindicatos revolucionários tornam-se peças basilares para tal fim.

Subsequentemente, para o reposicionamento das “células de base”, as unidades econômicas ou até mesmo das “microautogestões”, os sindicatos funcionariam como conselhos operários. Ou seja, através da gestão ou ação direta dos trabalhadores, seriam discutidas as sínteses políticas e re-definidas as principais necessidades das classes operárias.

Sempre, de baixo para cima ou da periferia para o centro, e de maneira horizontal. Em miúdos, recolocando “[...] a pluralidade dos grupos de relação em posse de sua força coletiva pública”, organizando deste modo “[...] um regime político de auto-administração” (BANCAL, 1984, p. 181).

Expostos assim os princípios da autogestão discorreremos, desde agora, sobre a Comuna de Paris de 1871.

6 A COMUNA DE PARIS DE 1871

6.1 A FRANÇA E A PARIS ANTES DA COMUNA

A França foi o centro do feudalismo na Idade Média, o “[...] país-modelo da monarquia estamental unificada desde a Renascença” (ENGELS, 2020). A grande Revolução, ou melhor, a Revolução Francesa de 1789, destronou tal ordem de sociedade, e estabeleceu, as condições do domínio puro da burguesia como não mais se viu em nenhum outro país do continente. Por corolário, desenvolveu-se ali a luta perspicaz e arguta do proletariado ascendente contra a dominação burguesa de forma arrebatadora. Neste quadro, a consequência lógica dos gritos por *liberdade, igualdade e fraternidade*, bradados fervorosamente entre os liberais revolucionários na Revolução de 1789, foi o *Socialismo* (BAKUNIN, 2014).

Objetivamente, o lema do *liberalismo* francês⁴⁷ – utilizado em sua origem pela burguesia para mobilizar as massas populares e as *trair* quando alcançasse o poder – transcendeu sua concepção e passou – após o advento do socialismo – a ameaçar as instituições e a dominação burguesas dele erigidas. Isto é, os direitos civis: a liberdade de reunião e imprensa e o sufrágio universal – uma vez conquistados legitimamente em 1789 – precisaram ser sacrificados. Dado que, entravam agora em contradição com os negócios – privados! – da nova classe dominante: a *burguesia* (MARCUSE, 2020).

Exposto isso, o saint-simonismo⁴⁸, a primeira das diversas correntes ideológicas do socialismo, antes mesmo da Primavera dos Povos⁴⁹, em 1848, caíra em descrença, o que resultou na perda de muitos partidários. Daí em diante, os agitadores sociais franceses encorporaram as fileiras das principais colunas de militância: fourierista, blanquista e proudhoniana (VIEIRA, 2017).

47 Liberté, Égalité, Fraternité.

48 Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837) são os três principais teóricos ligados ao *Socialismo Utópico*.

49 A Primavera dos Povos, de 1848, foi a revolução reivindicando a República mais ampla e menos eficaz de todas. Em questão de semanas, ela abrangeu levantes insurrecionais que aglutinaram reformadores vindos da classe operária e das classes média e alta, na França, Bavária, Berlim, Viena, Hungria, Milão e Sicília (sem contar repercussões menores em outras regiões da Europa). Ou seja, tal rebelião republicana englobou uma área geográfica que hodiernamente é ocupada por dez Estados. Além de tudo, a sublevação teve um caráter potencialmente global quando influenciou a Revolução Praieira, de Pernambuco (Brasil), em 1848, e, anos mais tarde, a Revolução em Nova Granada, na Colômbia (HOBSBAWN, 2009).

Nesse contexto de reorganização das forças socialistas, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi fundada no dia 28 de setembro de 1864. Na França, seus progressos ocorreram de forma relativamente lenta, mas com resultados surpreendentes. Referimo-nos a isso porque, só em 08 de julho de 1865, os delegados Tolain, Fribourg e Limousin, publicaram os estatutos internacionalistas da A.I.T. e instalaram, na *rue des Gravilliers*⁵⁰, em Paris, a seção francesa da Internacional (WOODCOCK, 2002b). Ativa, a Associação expandiu seus programas para cidades como Lyon, Marselha, Rouen e Nantes, além de algumas outras províncias do país. Essa expansão levou a um crescimento expressivo no número de afiliados, que saltou dos 500 membros, em 1866, para 245 mil associados, em 1870, às vésperas da Guerra Franco-prussiana (WOODCOCK, 2002b, p. 65; SAMIS, 2011a, p. 203).

Desta conjunção, o final da década de 1860 presenciou o movimento operário da França atuar de maneira vigorosa. Os principais membros e articuladores da A.I.T. francesa: Louis Eugène Varlin (1839-1871), Benoît Malon (1841-1893), Henri Tolain (1828-1897), Albert Richard (1846-1925), Jean-Louis Pindy (1840-1917), dentre outros, incentivavam país afora inúmeros protestos e greves de trabalhadores. Inspirados por estas ações, os sindicatos franceses passaram a se filiar em massa à Internacional. Contudo, o êxito da organização provocaria a ira e a repressão jurídico/militar de Napoleão III e do Partido da Ordem⁵¹ aos agentes das subversões: multas, prisões, vigilância constante e o dissolvimento – por duas vezes! – da Internacional estavam à espreita.

Mesmo assim, com toda perseguição do governo napoleônico aos dirigentes da A.I.T., houve um desenvolvimento substancial em número e efetivos envolvendo as sociedades operárias. Nesses espaços, organizaram-se, de forma gradativa, “ações coordenadas”. Sucintamente, tanto em Paris quanto nas maiores cidades do solo francês, quase não existiam profissões sem os seus devidos órgãos de representação. Tais atividades eram incentivadas pela Internacional, que, embora não fosse oficialmente reconhecida, devido à sua supressão pelo governo de Napoleão III, atuava sob formas alternativas e coordenava, através de seus militantes, o movimento operário em todo o território. Desta maneira, à época, tínhamos: as

50 Segundo Horácio Gonzáles (1981, p. 21), os internacionalistas eram conhecidos pelo nome de *gravilliers*, justamente pela localização de seu *Bureau* inicial. Posteriormente a sede da Internacional é transferida para a Praça da Corderie (SAMIS, 2011a).

51 Partido formado em 1848 por uma coalizão entre: A) – os partidários da família Bourbon, que governou a França entre 1814 a 1830, e eram chamados de *legitimistas*; B) – os partidários da dinastia de Orléans, linhagem que chefiou o país entre 1830 a 1848 (durante a Monarquia de Julho) e denominada *orleanistas*; C) – a burguesia industrial; D) – a aristocracia financeira; E) – o clero; e, F) – os grandes proprietários fundiários. O Partido da Ordem deteve a liderança da Assembleia Legislativa na Segunda República francesa entre 1849 e o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 (MARX, 2016; MARX, 2017).

sociedades operárias filiadas à grande Federação Sindical (francesa), e, esta última, federada à Associação Internacional dos Trabalhadores (SAMIS, 2011a).

Neste ponto, precisamos deixar bem claro que “[...] os internacionalistas da seção francesa eram, em sua maioria, filhos conceituais de Proudhon, ainda que nem sempre interpretassem o mestre – morto em 1867 – da mesma forma⁵²” (GONZÁLEZ, 1981, p. 20). Visto que, Tolain, o primeiro secretário da seção francesa, atuaria à esquerda, mas dentro do regime parlamentar e republicano no governo de Thiers⁵³; enquanto Varlin, que o sucedeu em tal secretariado, destacou-se como um dos mais proeminentes líderes comunardos⁵⁴.

Dessa conjuntura, política e intelectual, sublinhamos que boa parte da organização social de Paris foi moldada a partir das últimas contribuições teóricas do primeiro anarquista: Proudhon, e, da atuação incessante dos integrantes da A.I.T. nos movimentos de base do operariado. A título de exemplos, a cidade de Paris “[...] possuía [na época] cerca de 40 cooperativas de produção, quatro cooperativas de consumo, sete corporações dedicadas ao ramo de alimentos e 34 sindicatos” (SAMIS, 2011a, p. 197). Algumas destas corporações ligadas à produção de alimentos e ao consumo eram chamadas de *marmites*, ou, de refeitórios cooperativos (GONZÁLEZ, 1981).

Sob essa perspectiva, é possível concluir que uma parcela dos trabalhadores parisienses conquistou avanços significativos na melhoria de suas condições de vida, adquirindo, como efeito, *consciência de classe*. Não obstante, outra parte do operariado carecia ainda de formação política mais sólida, a qual foi gradualmente desenvolvida com a frequência do proletariado de Paris nas reuniões públicas dos *clubes revolucionários*. De acordo com Chevalier D’alix, citado por Ross (2021, p. 33-4), os “clubes” e as reuniões populares na cidade operaram “[...] como o ‘Collège de France da insurreição’”. Em algumas destas reuniões chegaram a ser avistados milhares de agitadores⁵⁵. No meio deles, veteranos

52 Engels, no prefácio à quarta edição alemã do *Manifesto Comunista* explicita que os membros da seção francesa eram proudhonianos.

53 Adolphe Thiers (1797-1877) foi o segundo presidente da França, país que governou entre 24 de fevereiro de 1871 a 24 de maio de 1873. Thiers, em Versalhes, agrupou todas as facções reacionárias das províncias contra a República e a Defesa. Para ele, “um liberal sem princípios de governo”, além de todos os seus lacaios escondidos nas Tulherias, o verdadeiro inimigo não eram os prussianos com os quais a França estava em guerra, mas sim, os comunardos revolucionários parisienses (LISSAGARAY, 1991, p. 68-73). N’A *Guerra Civil na França*, Marx (2016) definiu Thiers como um “gnomo monstruoso”.

54 Eis as duas interpretações do proudhonismo.

55 Durante os anos de 1868 a 1870, chegaram a funcionar em Paris 63 clubes revolucionários, os quais localizavam-se em diversos bairros da cidade e eram dispostos em salões, teatros, cafés-concerto, vinícolas, circos e outros lugares. No Folies-Belleville, no 20º arrondissement, em um único dia o clube chegou a receber 6 mil pessoas (SAMIS, 2011a). Nos clubes, era proibido criticar o imperador ou seus numerosos funcionários, mas permitia-se defender o fim da propriedade privada (ROSS, 2021).

de 1848 e oradores experientes, socialistas, jacobinos, blanquistas, republicanos e jovens trabalhadores vinculados à seção parisiense da Internacional⁵⁶ (SAMIS, 2011a; ROSS, 2021).

Simultaneamente, com o avanço da Guerra Franco-prussiana⁵⁷ e a prisão de Napoleão III pelo exército da Prússia, as tensões políticas na cidade de Paris se intensificaram. Logo, o Governo (provisório) de Defesa Nacional da França, acuado com tantas ações coletivas de insubordinação, reagiu, fechando em sequência os clubes revolucionários e os jornais de oposição, como o *Le Réveil* de Delescluze e o *Le Combat* de Félix Pyat⁵⁸ (LISSAGARAY, 1991, p. 48-59).

Analizando sob este prisma, “[...] a guerra estrangeira [a Guerra Franco-prussiana] foi [apenas] um aspecto momentâneo de uma guerra civil em curso” (ROSS, 2021, p. 22). Percepção que Alexandre Samis (2011a, p. 200) reforça ao destacar que os clubes revolucionários “[...] foram o ponto de partida para a formação das federações como a dos ‘Vinte Distritos’” durante o período de ascensão da Comuna.

6.2 DEMARCAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNA

56 Os clubes revolucionários funcionavam como escolas para o povo, pois forneciam instrução à população e faziam as pessoas, com as mais diversas percepções de mundo, dialogarem entre si. Devemos enfatizar que os membros da A.I.T. tiveram um papel crucial na agitação das reuniões (ROSS, 2021).

57 A Guerra Franco-prussiana foi um conflito bélico que ocorreu na segunda metade do século XIX entre o Império Francês e o Reino da Prússia. As batalhas e as disputas políticas que abarcam tal evento histórico marcam a derrubada da monarquia na França junto com a constituição da 3ª República, e, a unificação dos estados prussianos e alemães. O confronto teve início em 19 de julho de 1870, quando a prepotência de Napoleão III atacou os fortes e preparados batalhões do chanceler prussiano Otto von Bismarck. Contudo, a rápida reação prussiana foi devastadora. Já no dia 6 de agosto, mal chegando a Metz, Napoleão III escreveu à esposa: “Tudo está perdido, esforçai-vos por permanecer em Paris” (LISSAGARAY, 1991, p. 39). Na manhã de 1º de setembro, Napoleão entregava-se a Bismarck. No dia 2, todo seu exército era feito prisioneiro. Nesse interim, a França é liderada por três chefes de estado. O primeiro deles, o general Trochu, fora nomeado inicialmente pelo próprio Napoleão III como governador de Paris, e posteriormente, proclamado governador do Governo de Defesa Nacional. O segundo, o general Vinoy, sucedeu Trochu neste mesmo órgão de governo. Já, Thiers, um pouco mais tarde, foi eleito como o chefe do Poder Executivo da República por aclamação popular e em conjunto a uma Assembleia majoritariamente monarquista. Os três, no entanto, unidos às frações sociais que compunham o Partido da Ordem, possuíam mais medo da *revolução operária* que estava acontecendo em Paris, do que o próprio avanço do exército prussiano. Nesse contexto, todos buscaram a capitulação – menos a população parisiense, que resistiu heroicamente ao frio, à fome, à peste, aos bombardeios e a todas as intempéries do cerco. Lissagaray (1991) nos conta que a carne de Cavalo era um artigo de luxo naqueles dias. Já que, cães, gatos e ratos eram o prato principal. Ademais, uma questão importante a ser por nós salientada é que, a esquerda institucional, eleita durante a mesma campanha eleitoral de Thiers, também postulava à capitulação. Entre seus membros estava Tolain, discípulo de Proudhon, que enxergou os revoltosos parisienses como um real perigo à República (burguesa), e agora, aos seus próprios privilégios parlamentares (LISSAGARAY, 1991).

58 Após o fechamento dos jornais de oposição pelo Partido da Ordem, a população de Paris começou a se comunicar através de cartazes colados nos muros da cidade com as mais variadas matizes político-ideológicas (SAMIS, 2011a).

Tratou-se, por décadas, a Comuna de Paris de 1871 como sendo “[...] a primeira revolução em que a classe trabalhadora foi abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social” (MARX, 2016). No entanto, as novas abordagens das historiografia e sociologia do trabalho começam a questionar tal afirmação. Uma vez que, e segundo Linebaugh (2008, p. 124), a revolta de Nápoles⁵⁹, em julho de 1647, representou “[...] a primeira vez na história em que o proletariado de qualquer cidade europeia tomou o poder e governou sozinho”.

Nesse sentido, Linebaugh (2008) e Linden (2013) argumentam ainda que outra revolução, a de Santo Domingo, atual Haiti, em 1791, consistiu na primeira revolução de trabalhadores da história moderna, pois a mesma ocasionou o colapso dos sistemas escravagista e capitalista em seu território. Assim, entendemos que se torna necessário delimitar ou definir melhor o conceito de “modernidade”, na medida em que os estudos *Decoloniais e Pós-coloniais* contestam a noção de que a modernidade tenha se originado com a *dupla revolução*⁶⁰. Para pesquisadores contemporâneos, como Stuart Hall (2003), por exemplo, o mundo moderno tem seu marco com a invasão das Américas pelos europeus em 1492⁶¹.

Diante destas abordagens, e, para conceituarmos com maior precisão a Comuna de Paris de 1871, usaremos como referência o ano de 1868, período em que o anarquista russo Mikhail Bakunin fundou a Aliança Internacional da Democracia Socialista. A qual, de acordo com Corrêa (2022), consolidou o anarquismo como movimento político organizado, promovendo a transição das ideias reformistas do mutualismo para a radicalização do coletivismo federalista. À vista disso, este TCC em Ciências Sociais observará a Comuna de Paris de 1871 como a primeira revolução da classe trabalhadora⁶² após a criação, em 1868, do *Movimento Anarquista*.

59 A revolta durou apenas dez dias e teria sido protagonizada por pescadores, “mulheres do mercado”, carregadores, marujos, tecelões e dobradeiras de seda (LINEBAUGH, 2008).

60 Consoante o livro *A Era das Revoluções: 1789-1848*, de Eric Hobsbawm (2009a), o mundo moderno nasce da dupla revolução, ou seja, da Revolução Industrial iniciada na década de 1780, na Inglaterra; e, da Revolução Francesa ocorrida em 1789.

61 Sob o ponto de vista de Hall (2003, p. 113), o pós-colonial é entendido como o “[...] processo inteiro de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial que constituiu a ‘face mais evidente’, o exterior constitutivo, da modernidade capitalista europeia e, depois, ocidental, após 1492”.

62 A concepção de “classe trabalhadora” parece ter sido criada no século XIX para identificar um grupo de trabalhadores “respeitáveis” em detrimento de outros trabalhadores, como: escravos, auto-empregados (a pequena-burguesia) e o lumpemproletariado (os pobres excluídos). Nesse aspecto, reconhecemos que os trabalhadores assalariados “reais”, os quais foram o centro das atenções nos estudos de Karl Marx, representam “[...] apenas uma das formas que o capitalismo encontra para transformar a força de trabalho em mercadoria” (LINDEN, 2009, p. 23).

6.3 A COMUNA

A Comuna de Paris teve seu ato de origem no dia 18 de março de 1871. Sendo mais preciso, após um plano fracassado de Thiers em tentar subtrair os canhões da Guarda Nacional, os soldados das tropas regulares e os policiais enviados para cumprir tal ação, desobedeceram aos generais Thomas e Lecomte, e, saudando a República (Universal), confraternizaram com a população parisiense (GONZÁLES, 1981; LISAGARAY, 1991; SAMIS, 2011a; ROSS, 2021).

Perante o cenário, acompanhado pelos batalhões dos bairros abastados e dos funcionários da Assembleia, Thiers, não teve outra opção senão fugir para Versalhes. Doravante nós teríamos a acentuação do confronto entre “duas França”: de um lado, as facções rurais, proprietárias, cristãs, monarquistas e reacionárias aglutinadas no governo de Thiers; e, do outro, as frações internacionalistas, ateias, utópicas, republicanas e revolucionárias que autogestionavam, naquele momento, a cidade de Paris (GONZÁLES, 1981, ROSS, 2021).

Contextualmente, com o cerco prussiano à França e à Paris, o alistamento militar tornara-se maciço, fazendo com que a Guarda Nacional⁶³ adquirisse uma feição popular, operária⁶⁴. Sua política afirmou-se como a mesma dos grupos radicais, isto é: contrária à capitulação (GONZÁLES, 1981).

No âmbito de sua organização, os oficiais da Guarda Nacional eram escolhidos por meio da participação de todo o corpo eleitoral do *arrondissement*⁶⁵ onde o batalhão estava sediado. Tal modelo reforçava uma ligação direta entre as unidades militares e os líderes de cada subdistrito da cidade. Eleitos os representantes dos núcleos combatentes, estes formavam, num plano legislativo maior, o "Comitê Central da Guarda Nacional". (GONZÁLES, 1981).

Entre os oficiais e comandantes dos batalhões, havia: jacobinos, blanquistas e internacionalistas, mas predominavam homens oriundos diretamente de seus bairros e locais de trabalho, sem vínculos diretos com os grandes movimentos ideológicos da época. Esses

63 Nos estatutos da Guarda Nacional estava inscrito: “Federação da Guarda Nacional”, isto é, seu nome oficial acolhia o velho conceito proudhoniano (GONZÁLES, 1981).

64 Como descreveu Lissagaray (1991, p. 53): “A irresistível força dos acontecimentos, armara os operários”.

65 Os *arrondissements* de Paris são divisões administrativas que segmentam a comuna da cidade em 20 áreas municipais. Esses *arrondissements* estão dispostos em forma de espiral, seguindo o sentido horário a partir de um ponto central localizado no Louvre. Cada *arrondissement* é, por sua vez, subdividido em quatro bairros, que correspondem, aproximadamente, às regiões noroeste, nordeste, sudoeste e sudeste de sua respectiva área (ROSS, 2021).

indivíduos manifestavam um conjunto de ideias moldadas pela consciência popular, combinando elementos do proudhonismo, blanquismo⁶⁶, bakuninismo e o jacobinismo, que se integravam em um pensamento coletivo. Essa síntese os guiava de forma prática, orientados sobretudo por princípios de "razão e justiça" (GONZÁLES, 1981; LISSAGARAY, 1991).

Insistamos nesse ponto, o da *federação*: os clubes revolucionários, ou, as “colmeias zumbidoras”, ajudados por oradores ambulantes, eram federados entre si. Tal estrutura funcionava como uma federação descentralizada com comitês locais independentes, voltados para os trabalhadores e organizados também por *arrondissement*. O modelo havia sido adotado pela seção parisiense da Internacional, que, na primavera de 1870, reunia cerca de 50 mil membros. Além de tudo, como já vimos, era também o formato utilizado pela Guarda Nacional, que, nesse período, já havia se “autofederado” de maneira efetiva (ROSS, 2021). Sinteticamente, a Comuna já estava preparada na consciência coletiva dos cidadãos parisienses antes mesmo de sua proclamação (GONZÁLES, 1981).

Acrescentando, tínhamos alinhados em cada *arrondissement* um “Comitê de Vigilância⁶⁷” e um Batalhão da Guarda Nacional⁶⁸. Neles, elegiam-se – sob *mandatos imperativos* –, os representantes para o Comitê Central dos Vinte *Arrondissements*, e, para o Comitê Central da Guarda Nacional, ambos localizados, junto ao *bureau* da Internacional, na Praça da Corderie⁶⁹.

Sob uma perspectiva insurrecional, a Comuna de Paris de 1871 foi “[...] essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2016, p. 59). Hobsbawm (2009b, p. 237-8), ressalta que a Comuna foi realmente uma insurreição proletária, destacando a sua composição social:

66 O blanquismo foi um movimento insurrecional francês influenciado por Louis Auguste Blanqui (1805-1881). Blanqui, durante a Revolução de 1848, fez parte da extrema-esquerda do movimento proletário e democrático na França, sendo várias vezes condenado à prisão. Seus seguidores, eram em sua maioria estudantes unidos por um *ethos* insurrecional. Na percepção blanquista, não adianta em nada o indivíduo possuir consciência de classe ou uma percepção objetiva da desigualdade social se o mesmo não possuir uma “compreensão política superior: a *raiva*”, o que segundo Gonzáles (1981), eles herdaram dos *Enragés*.

67 Os Comitês de Vigilância foram inicialmente organizados pelos membros da Internacional e, no decorrer da insurreição, formaram a estrutura descentralizada do governo comunal (GONZÁLES, 1981; ROSS, 2021). Seus representantes, escolhidos pela população de Paris em cada *arrondissement*, estavam à razão de um para cada 25 mil habitantes, totalizando setenta delegados num corpo oficial (o Comitê Central dos Vinte *Arrondissements*). Deste último, desprendiam-se: uma comissão executiva e diversas comissões de trabalho (GONZÁLES, 1981).

68 Além dos clubes revolucionários espalhados por diversos bairros e 32 seções da Internacional (GONZÁLES, 1981; SAMIS, 2011a).

69 De maneira inequívoca: a Praça da Corderie, ou Rue de la Corderie, abrigava o triunvirato: 1) – a Seção Francesa da Internacional; 2) – o Comitê Central dos Vinte *Arrondissements*; e, 3) – o Comitê Central da Guarda Nacional. Lá, tudo o que havia era “[...] a luta mais ampla pela Revolução na forma da união livre dos coletivos autônomos, contra o Estado” (ROSS, 2021, p. 42). Diferente do Hôtel de Ville, por exemplo, que desempenhava um papel mais governamental no sentido estrito do termo.

Os 36 mil membros da Comuna aprisionados eram um corte transversal na população trabalhadora de Paris: 8% de empregados de escritório, 7% de funcionários, 10% de pequenos lojistas e similares, mas o resto se compunha esmagadoramente de operários — da construção civil, metalurgia, mão de obra em geral, seguidos pelos mais tradicionalmente especializados (carpintaria, artigos de luxo, impressão, tecidos), que também forneciam um número desproporcional ao pessoal dirigente; e evidentemente os eternos radicais sapateiros⁷⁰.

Em *A Era do Capital*, Hobsbawm (2009b) nos indaga se a Comuna de 1871 teria sido realmente uma revolução socialista, o que ele mesmo responde: “Quase que certamente sim, embora seu socialismo fosse essencialmente o sonho pré-1848 de cooperativas autônomas ou unidades corporativas de produtores, reclamando agora uma intervenção governamental radical e sistemática” (p. 238), ou seja: anarquista.

Marx (2016, p. 56), por sua parte, destaca n’*A Guerra Civil na França* que “A antítese direta do Império era a Comuna”, uma vez que: “Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna” (p. 57), a qual destituiu o poder do exército permanente e a burocracia do funcionalismo estatal. Neste sentido, o da descentralização estatal do poder, o sociólogo alemão explica que:

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento (MARX, 2016, p. 56-7).

Vista deste ângulo, a Comuna de Paris buscou uma estruturação federalista da sociedade, pautada em princípios organizativos de natureza anarquista. Pois, tal levante, extinguiu a ideia de chefes supremos, hierarquias ou autoridades impostas⁷¹. Concisamente, as ideias de organização social colocadas em prática na comuna parisiense de 1871 eram horizontais, em total oposição aos ideais de centralização governamental, vistos nas revoluções socialistas posteriores, com influências do marxismo⁷² (MCKAY, 2021).

No que diz respeito à sua composição política, a Comuna de Paris de 1871 era majoritariamente formada por jacobinos e blanquistas. O grupo dos socialistas

70 Gonzáles (1981) nos conta que Paris, após o massacre dos comunardos na “Semana Sangrenta”, quase ficou sem a mão de obra de sapateiros, marceneiros, alfaiates, ferreiros, etc., os homens que trajaram as fardas da Guarda Nacional.

71 Há teóricos como Ross (2021), por exemplo, que interpretam os escritos de Marx (2016) desse período como anarquistas.

72 Revolução Russa de 1917, Revolução Chinesa de 1949, Revolução Cubana de 1959, etc.

revolucionários, embora coeso, apresentava em seu núcleo uma diversidade considerável, visto que, nem todos eram internacionalistas. Ainda assim, os internacionalistas⁷³ – mutualistas e coletivistas ligados à Associação Internacional dos Trabalhadores – desempenharam papéis de destaque em vários bairros da capital francesa. Dentre eles, destacam-se: Benoît Malon, que liderou a Comissão de Trabalho e Trocas; Eugene Varlin, responsável pelo Departamento de Finanças; e Gustave Courbet⁷⁴, que além de coordenar a derrubada da Coluna de Vendôme, dirigiu a Federação dos Artistas e da Educação, visando, por meio da educação e da arte, regenerar o futuro de Paris (SAMIS, 2011a).

A respeito da ideia dos *mandatos revogáveis* ou *imperativos*. O anarquista russo Mikhail Bakunin, isso, ao menos três anos antes da Comuna de 1871 – além de James Guillaume, que escrevera algo semelhante em 1870 – havia escrito sobre a ideia de uma comuna autônoma e/ou autogerida. Bakunin a definiu como uma federação de associações operárias e agrícolas. Sua organização política e econômica dar-se-ia pela eleição, ou, o sufrágio universal, onde os habitantes/residentes de tal distrito/município/cidade/região elegeriam seus representantes com mandatos imperativos, isto é, revogáveis a qualquer momento – tal como nos faz alusão o senhor Marx n’*A Guerra Civil na França*.

Bakunin in Bakunin *et al.* 2016, p. 69, nos esclarece:

Para a organização da Comuna, a federação das barricadas em permanência e a função de um Conselho da Comuna revolucionária pela delegação de um ou dois deputados por cada barricada, um por rua, ou por bairro, deputados investidos de mandatos imperativos, sempre responsáveis e sempre revogáveis: o Conselho comunal assim organizado poderá escolher em seu seio comitês executivos, separados por cada ramo da administração revolucionária da Comuna.

Além disso, Pierre-Joseph Proudhon, em 1848, na sua obra *Solução do Problema Social*, já abordava a questão sobre mandatos revogáveis e imperativos. De forma conclusiva, o conceito dos mandatos revogáveis ou imperativos está intrinsecamente ligado aos ideais anarquistas e ao pensamento de seus teóricos – e nunca o contrário.

73 Para deixarmos clara a nossa neutralidade axiológica nesta investigação histórico-sociológica, devemos mencionar que, sim, existiram comunardos adeptos das ideias marxianas atuando naquelas frentes insurrecionais. Casos de Vaillant (ABRAMIDES, 2011), dos poloneses Dombrowski e Wroblewski, do húngaro Frankel e da russa Élisabeth Dmitrieff (ROSS, 2021).

74 Courbet era um ardente defensor da filosofia de Proudhon e manteve uma relação muito próxima com seu mestre enquanto este estava vivo. Chegou até mesmo a pintar quadros de Proudhon com sua família. No dia 06 de abril de 1871, Courbet, em uma carta aberta aos artistas de Paris, escreveu que, na mesma medida em que os operários são os “apóstolos” da revolução, Proudhon é o seu “Cristo” (SAMIS, 2011a).

6.4 INCOERÊNCIAS DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS DIANTE DOS ATOS E FATOS DA GUERRA FRANCO-PRUSSIANA⁷⁵ E DA COMUNA DE PARIS

Começamos a apresentar aos leitores deste Trabalho de Conclusão de Curso uma história pouco conhecida, ou, pouco divulgada, a respeito das ideias nacionalistas e dos interesses particulares de Karl Marx e Friedrich Engels. O que também irá expor alguns dos antagonismos existentes entre os ideais de Bakunin e os anarquistas, e, Marx e seus seguidores na Associação Internacional dos Trabalhadores.

Em carta para Engels, em 20 de julho de 1870, Marx escreve:

Envio-te *Le Réveil*; verás nele o artigo do velho Delescluze; trata-se do maior chauvinismo. A França é o único país da Ideia, escreve esse chauvinista republicano – isto é, da ideia que ela faz-se de si mesma... Os franceses precisam de uma surra (*Die Franzosen brauchen Prügel*). Se os prussianos forem vitoriosos, a centralização do poder do Estado será útil à centralização da classe operária alemã. A preponderância alemã, além disso, transportará o centro de gravidade do movimento operário europeu da França para a Alemanha; e basta comparar o movimento nos dois países, desde 1866 até agora, para ver que a classe operária alemã é superior à francesa, tanto do ponto de vista da teoria como daquele da organização. A preponderância, no teatro do mundo, do proletariado alemão sobre o proletariado francês seria ao mesmo tempo a preponderância da nossa teoria sobre aquela de Proudhon” (MARX apud GUILLAUME, 2018, p. 106).

Em resposta, Engels manifesta seu entusiasmo pela força alemã. Em 31 de julho de 1870, declara: “Minha confiança na força militar dos alemães cresce a cada dia. Fomos nós que ganhamos a primeira batalha séria” (GUILLAUME, 2018, p. 112. Posteriormente, em 15 de agosto do mesmo ano salienta: “Seria absurdo fazer do antibismarckismo nosso único princípio diretor. Bismarck, neste momento, assim como em 1866, trabalha para nós, à sua maneira; é sem o desejar que o faz, mas o faz de todo modo (GUILLAUME, 2018, p. 112). Ainda neste mesmo viés nacionalista/ideológico, em 13 de setembro, Friedrich Engels acrescenta: “A guerra prolongando-se, começa a ganhar um aspecto desagradável. Os franceses não foram ainda suficientemente espancados [...], contudo, por outro lado, os alemães já triunfaram em demasia (GUILLAUME, 2018, p. 122). Ora, a classe operária francesa mostrou-se tão inferior à classe trabalhadora alemã que, oito meses após a carta de Karl Marx a Friedrich Engels, em 20 de julho de 1870, proclamou a Comuna de Paris com

⁷⁵ Ao contrário de Marx e Engels, os apelos dos membros da Internacional francesa e alemã eram antichauvinistas e com uma posição internacionalista *antiguerra* (LISSAGARAY, 1991; SAMIS, 2011a; ROSS, 2021). Nesse sentido, os manifestos emitidos por Marx em nome do Conselho Geral da Internacional são radicalmente divergentes aos discursos encontrados em suas cartas pessoais.

uma estrutura organizacional federalista, *descentralizada* e autogestionária, baseada nas concepções teórico/políticas, vejam só, de Proudhon.

Por outro lado, e conforme Delhon in Bakunin *et al.* (2016, p. 67):

Se a *Guerra Civil na França*, redigida por Karl Marx em 1871, constituiu uma reviravolta aos escritos anteriores do autor e reatualiza certas concepções demasiado estatistas de *O Manifesto Comunista* de 1848, o mesmo não acontece com as análises de Mikhail Bakunin e dos continuadores do seu pensamento.

Em 23 de Agosto de 1870, Bakunin escrevia aos internacionalistas lioneses:

Se o povo francês não se levantar por inteiro, os prussianos tomarão Paris... É preciso que por toda parte o povo arme-se e organize-se *por si mesmo*, para começar contra os invasores alemães uma guerra de destruição, uma guerra à faca... O movimento patriótico de 1792 não é nada em comparação com aquele que deveis fazer agora, se quiserdes salvar a França de uma escravidão de cinquenta anos, da miséria e da ruína, da invasão e do aniquilamento. Portanto, erguei-vos amigos, ao canto da Marselhesa, que se torna hoje o canto legítimo da França, completamente palpitante de atualidade, o canto da liberdade, o canto do povo, o canto da humanidade – pois a causa da França enfim voltou a ser aquela da humanidade. *Exercendo* patriotismo salvaremos a liberdade universal... Se em dez dias não houver sublevação popular, a França estará perdida. Ah! Se eu fosse jovem eu não escreveria cartas, eu estaria entre vós! (BAKUNIN apud GUILLAUME, 2018, p. 111).

Sob este ponto de vista, mais precisamente sobre as concepções antagônicas ou contrastantes entre as ideias revolucionárias marxianas e bakuninistas, Bakunin (1989), em seu *Escrito contra Marx: Conflitos na Internacional*, nos elucida:

O efeito foi tão formidável em todos os lugares que os próprios marxianos, dos quais todas as ideias haviam sido derrubadas por esta insurreição, viram-se obrigados a tirar seu chapéu diante dela [da Comuna]. Fizeram ainda mais: ao contrário da mais simples lógica e de seus verdadeiros sentimentos, proclamaram que seu programa e seu objetivo eram os deles⁷⁶. Foi um travestimento verdadeiramente bufão, mas forçado. Tinham de fazê-lo, sob pena de se verem ultrapassados e abandonados por todos, de tanto que a paixão que essa revolução havia provocado em todo mundo tinha sido poderosa (p. 45).

Consoante a exposição de Joyeux in Bakunin *et al.* (2016), O marxismo não teve nenhuma influência sobre a comuna. Até mesmo porque, como nos redige Hobsbawm (2002), Marx não tinha influência alguma na França, exceto por ter dado um tom levemente mais avermelhado ao antigo revolucionarismo *jacobino-communard*. Neste entendimento:

76 Engels, no prefácio à edição comemorativa dos 20 anos da obra *A Guerra Civil na França*, de Karl Marx, chega a escrever que a “ditadura do proletariado” nada mais é, ou seria, do que os atos políticos e econômicos ocorridos durante a Comuna de Paris de 1871.

Marx, que [...] [desprezou] os operários parisienses, e especialmente os membros da Internacional, [que] cumulou-os, durante a guerra, de insultos e rejubilou-se pela vitória do militarismo alemão. [...], após o esmagamento [da Comuna], perceberá a popularidade da revolução parisiense e corrigir-se-á numa obra, *A Guerra Civil na França*, provavelmente a melhor de suas obras, na qual justificará a Comuna e os internacionalistas, não por muito tempo, por sinal, pois, o natural voltando a impor-se, ele esbravejará contra seu genro, Charles Longuet, um *communard*, que ele acusará de ter permanecido um proudhoniano impenitente. É verdade, também, que ele fará a seu outro genro, Lafargue⁷⁷, uma outra censura: ter permanecido um blanquista (JOYEUX in BAKUNIN *et al.*, 2016, p. 22).

Segundo Delhon in Bakunin *et al.* 2016, p.92:

Longe de modificar as concepções doutrinárias dos anarquistas, a Comuna serviu para confirmá-las e, inclusive, reforçá-las. Isso é verdade em relação ao poder e à propriedade, igualmente ao parlamentarismo e ao antagonismo das classes, com a crueldade da repressão demonstrando aos trabalhadores que eles nada deveriam esperar da burguesia, mesmo republicana, e que o Estado – monarquia, império ou república – protegeria sempre os interesses dos privilegiados.

É nesse raciocínio que apresentamos um excerto de Louis-Eugène Varlin, um dos principais nomes da Comuna de Paris, cuja atuação, por ameaçar tanto o poder aristocrático/burguês estabelecido, levou-o a ser brutalmente espancado pela população reacionária e pelos soldados versalheses, até que a órbita de um de seus olhos saltasse do crânio; em seguida, foi então sumariamente fuzilado:

Se não quisermos converter tudo num Estado centralizador e autoritário, que nomearia os diretores das fábricas, das manufaturas, dos estabelecimentos de distribuição, os quais por sua vez nomeariam os subdiretores, os contramestres etc., organizando-se assim hierarquicamente o trabalho de alto a baixo e deixando-se o trabalhador como uma mera engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, se não quisermos nada disto temos de admitir que os próprios trabalhadores devem dispor livremente dos seus instrumentos de trabalho, possuí-los, com a condição de trocar os seus produtos ao preço de custo, para que exista reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades. (VARLIN [1871] apud PINTO, 2011, p. 107).

O trecho de Varlin representa uma espécie de resumo das ideias por nós expostas nos capítulos anteriores. O comunardo critica a centralização e a hierarquização do trabalho, defendendo, de acordo com os ideais anarquistas, que os trabalhadores e as trabalhadoras devem gerir coletivamente os meios de produção, assegurando, dessa forma, liberdade, iniciativa e igualdade através da troca mútua de produtos ao preço de custo. No entanto, como

77 Engels in Marx (2010, p. 52, tradução nossa), em correspondência datada de 26 de abril de 1887 para a filha de Marx: Laura, escreve assim sobre Lafargue (esposo de Laura): “Minha cara Laura, Meus parabéns a Paul le candidat du Jardin des Plantes—et des animaux. Sendo, em sua qualidade de negro, um grau mais próximo do resto do reino animal do que o resto de nós, ele é, sem dúvida, o representante mais apropriado daquele distrito”. No entanto, sem neutralidade axiológica não enxergávamos racismo nesta fala. Caso semelhante aplica-se ao etnocentrismo e à misoginia encontrados nas obras de Proudhon.

será observado nos próximos parágrafos, a revolta operária de Paris em 1871 não foi tão radical quanto as abstrações teóricas aqui expostas.

6.5 PRINCIPAIS ATOS E DECRETOS DA COMUNA

Os principais atos ou decretos da Comuna de Paris de 1871 foram proferidos no Hôtel de Ville⁷⁸. Vamos a eles:

a) *Medidas de reorganização do poder administrativo*: o exército permanente é abolido e substituído por milícias cidadãs (o povo em armas); a função pública passa a ser remunerada de acordo com os salários dos trabalhadores manuais; a separação entre Igreja e Estado é estabelecida; as subunidades territoriais de administração municipal são incentivadas; os estrangeiros tornam-se cidadãos elegíveis para cargos públicos;

b) *Medidas de reformulação de relações de trabalho*: o trabalho noturno nas padarias foi abolido (uma reivindicação dos trabalhadores do setor); a "Comissão de Trabalho, Indústria e Comércio" da Comuna teve poder arbitral sobre as relações entre operários e empregadores, determinando o salário de cada setor; a igualdade salarial para professores de ambos os sexos foi estabelecida em 21 de maio⁷⁹;

c) *Medidas vinculadas a reformas culturais*: a educação passou a ser gratuita, laica, obrigatória e voltada para a formação profissional (neste campo, iniciaram-se estudos para organizar o ensino com base no “método experimental e científico”, fundamentado na observação de fatos comprováveis, na razão humana e na moral); além de que, uma formação politécnica, destinada a superar a divisão entre trabalho manual e intelectual foi recomendada para todas as crianças, sem distinção de classe ou gênero; por meio de um decreto publicado em 10 de abril, estabeleceu-se que os estudantes seriam remunerados com um salário anual de até 355 francos; houve também um projeto para a criação de creches aos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, onde encontramos as premissas da instituição tal como as conhecemos hoje;

d) *Medidas relacionadas com a solidariedade social*: em sua maioria, essas medidas foram de emergência e tiveram um impacto social imediato: foi determinada a prorrogação

78 O Hôtel de Ville, em Paris, é o edifício público que serve como sede do governo municipal, funcionando como uma espécie de prefeitura.

79 Mesmo com todos os avanços sociais ocorridos ao longo da Comuna, as mulheres continuaram sem direito ao voto (SAMIS, 2011a).

geral do pagamento de aluguéis, enquanto se aguardavam novos termos para os contratos de locação; foi estabelecida uma moratória de três anos para o pagamento de qualquer tipo de dívida; além disso, objetos de penhor que não excedessem 20 francos e que fossem instrumentos de trabalho, objetos de uso diário ou livros foram devolvidos; as multas aplicadas pelos patrões sobre os salários dos empregados foram extintas; foi criada uma pensão para feridos e viúvas, além de pensões e a adoção de órfãos de combatentes mortos, até os 18 anos de idade;

e) *Medidas de economia de guerra vinculadas à organização do trabalho e à propriedade social*: as fábricas e oficinas abandonadas pelos proprietários durante o período da guerra foram administradas pelos sindicatos do setor correspondente e coletivizadas entre os trabalhadores⁸⁰;

f) *Medidas de guerra (objetivos ideológicos e bélico-simbólicos)*: (quase todas essas ações foram promovidas pelo “Comitê de Salvação Pública”), destacando-se: a prisão de reféns ligados à hierarquia eclesiástica; a derrubada da Coluna de Vendôme⁸¹; a destruição da residência de Thiers, a adoção da bandeira vermelha como símbolo, e a queima da guilhotina aos pés da estátua de Voltaire⁸² (GONZÁLES, 1981; SAMIS, 2011a; LENOIR, 2018; ROSS, 2021).

Além de tudo isso, Paris renunciou à posição de capital da França, marcando uma transformação profunda em sua estrutura social. Pessoas comuns passaram a exercer funções antes reservadas a uma aristocracia do intelecto; ao mesmo tempo em que membros da Internacional (como Tolain e Malon, por exemplos) vociferavam contra os abusos acometidos pelo exército francês nas colônias da África, antecipando as críticas *Decoloniais* e *Pós-coloniais* em décadas.

O fim do luxo associado às classes sociais deu início também a uma nova visão sobre a riqueza, a qual o poeta, operário e anarquista Eugène Pottier (1816-1887) chamou de “luxo comunal”. Sob essa perspectiva, os recursos do mundo (incluindo a *arte*), bem como o legado do trabalho criativo do passado, deveriam ser considerados propriedade comum da humanidade, geridos de forma cooperativa e protegidos contra a apropriação exclusiva de alguns grupos. Desta forma, todos os seres humanos teriam a liberdade e o direito para

80 As questões relacionadas às devidas indenizações aos proprietários nunca foram desconsideradas pelos comunardos.

81 Uma das ações mais emblemáticas da Comuna de Paris foi a derrubada da Coluna da Praça Vendôme, por representar uma celebração do imperialismo e do militarismo opressor. Após a demolição, a praça foi rebatizada com o nome de Praça Internacional (ROSS, 2021).

82 Uma iniciativa atribuída a um batalhão da Guarda Nacional, e não aos jacobinos do Comitê (GONZÁLES, 1981).

usufruir dos frutos do trabalho coletivo conforme desejassem, desde que respeitassem os outros seres humanos e atuassem de forma solidária para com os demais membros da sociedade⁸³ (ROSS, 2021).

6.6 OS ERROS DOS COMUNARDOS

A Comuna de Paris superou algumas divergências entre as facções de esquerda⁸⁴, promovendo solidariedade, alianças e a construção de um projeto compartilhado. Nela evidenciamos a existência de uma estrutura revolucionária profundamente descentralizada, organizada por *arrondissements* e dedicada às demandas populares, como a garantia de alimentação a todos, o trabalho digno, a educação gratuita para as crianças e a oposição ao clero por sua omissão à luta dos comunardos (ROSS, 2021).

Contudo, o movimento comunal parisiense não escapou de críticas, dentre as quais, a acusação de não ter sido suficientemente radical. Kropotkin (2005, p. 104), nas *Palavras de um Revoltado* nos diz que:

A comuna de 1871 só podia ser um primeiro esboço. Nascida no fim de uma guerra, cercada por dois exércitos prontos a se darem as mãos para esmagar o povo, não ousou lançar-se por inteiro na vida da revolução econômica; não se declarou francamente socialista, não procedeu nem à expropriação dos capitais; nem à organização do trabalho; nem mesmo ao recenseamento geral de todas as fontes de recursos da cidade.

Um exemplo ilustrativo a essa crítica foi a manutenção da riqueza burguesa acumulada no Banco da França, situado em Paris, e que os rebeldes parisienses deixaram funcionar sobre bases convencionais⁸⁵. Malatesta in Michel *et al.* (2024, p. 28), faz também seu julgamento sobre a Comuna nessa direção, dizendo que “A propriedade privada foi rigorosamente

83 Raciocínio encontrado preliminarmente em Kropotkin (2005) e Kropotkin (2011b).

84 O ponto frágil dos blanquistas e jacobinos estava no projeto econômico, enquanto o dos proudhonianos residia na organização da vontade coletiva e na condução dos conflitos bélicos (GONZÁLES, 1981).

85 Lissagaray (1991) comenta que os versalheses emitiram 257,63 milhões de francos em letras de câmbio para justamente combater o exército comunardo de Paris. Nessa perspectiva de falta de comando, Gonzáles (1981) nos explana que durante o ataque do exército versalhês na “Semana Sangrenta”, as autoridades parisienses não conseguiam se entender. Quem comandava. Qual comitê? Qual general? Foi um verdadeiro caos. Muitas vezes, as munições mandadas para determinado *arrondissement* eram de calibre errado. Na visão de Lissagaray (1991), faltou alguém com pulso forte (“uma mão firme”) para combater o inimigo. Deste ponto de vista, Marx estaria certo quanto à centralização organizacional do partido revolucionário? Sumariamente, os amotinados parisienses não tinham compreendido que a reação se organizou cientificamente com exércitos implacáveis (SAMIS, 2011a).

respeitada”. Ao que nos parece, os insurrectos confiavam tanto na força moral de sua revolução que acreditavam ser ela suficiente para conter a contrarrevolução burguesa e monarquista – um pueril e, infelizmente, mortal engano.

Marx (2016), além de Joyeux in Bakunin *et al.* (2016), convergem na percepção de que os comunardos, foram ingênuos demais, pois acreditaram sair vitoriosos diante de tal cerco que envolvia dois exércitos militares⁸⁶. Na análise geopolítica e bélica de tais pensadores os revoltosos deveriam ter marchado sobre a cidade de Versalhes (para onde fugiram alguns dos burgueses, aristocratas e parlamentares de Paris), e, no mínimo, terem aprisionado Thiers, o governador da França na época.

Combinando, neste caso, as forças de dois exércitos, os soldados contrarrevolucionários versalheses e prussianos invadiram as barricadas parisienses no dia 21 de maio na “Semana Sangrenta”. Muitos comunardos fugiram; outros muitos, morreram combatendo as forças militares da Ordem. As estimativas de Lissagaray (1991) e Hobsbawm (2009b) nos citam mais de 17 mil mortos; os sobreviventes encarcerados (43 mil); e o/as exilado/as em colônias penais francesas (mais de 5 mil). Hobsbawm (2009b) exclama que, dali em diante “[...] os revolucionários sociais sabiam o que os esperava se não conseguissem manter-se no poder” (p. 239).

Ao expor a perspectiva sociopolítica do comunardo Benoît Malon em seu texto, a professora Kristin Ross (2021) nos fala que a brutalidade da repressão à Comuna e aos comunardos refletia uma lição aprendida pelo exército francês (versalhês neste caso) em experiências internacionais semelhantes, como os massacres e os extermínios de vilas e populações autóctones na Argélia, uma das inúmeras colônias francesas na África. Além disso, a Comuna e a Internacional eram frequentemente associadas como sinônimos, o que intensificou a repressão dos regimes burgueses e capitalistas contra todos os internacionalistas⁸⁷.

86 Thiers, após se ver humilhado em Versalhes pela “canalha” de Paris, tratou com Bismarck a soltura dos soldados napoleônicos para esmagar os comunardos parisienses, o que Bismarck, assumindo o papel de árbitro interno e supremo juiz da política francesa, prontamente concordou (MARX, 2016).

87 Para o teórico McClellan, citado por Kristin Ross (2021), a verdadeira causa da extinção da Associação Internacional dos Trabalhadores não foi a rixa entre marxistas e anarquistas, mas sim, a perseguição de toda ordem burguesa europeia aos membros da A.I.T. após a Comuna da Paris.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo as nossas limitações intelectuais, materiais, epistemológicas e de tempo, acreditamos ter desenvolvido um Trabalho de Conclusão de Curso coerente com as hipóteses apresentadas em nossa Introdução. Dado que tratamos sobre a Anarquia e o Anarquismo; o Federalismo e a Autogestão; e, interligando a História Social, a Sociologia Histórica e as Ciências Políticas, focamos nos detalhes do Movimento Anarquista e da Comuna de Paris de 1871, que foram, inicialmente, o nosso universo de estudo e objeto de pesquisa.

Sabemos, no entanto, que a atividade não está completa e há lacunas que podem ser preenchidas com trabalhos ou artigos posteriores. Alguns dos temas a serem no futuro discutidos incluem: 1) – as críticas dos internacionalistas do século XIX às brutalidades acometidas pelos exércitos da França nas colônias africanas (que anteciparam os movimentos *Decoloniais* e *Pós-coloniais* das décadas seguintes); 2) – uma análise descritiva referente à influência dos *Enragés* e dos *Hebertistas* no pensamento Anarquista e Blanquista; 3) – um estudo se a morte da Internacional realmente aconteceu devido à rixa entre Anarquistas e Marxistas, ou, se esta se deu pela perseguição da Ordem Burguesa europeia aos líderes da A.I.T. após a Comuna; 4) – uma exposição de como os modelos de organização sociopolítica e socioeconômica das revoluções socialistas na atualidade estão interligados ou não às experiências da Comuna de Paris⁸⁸; e, 5) – um exame dos modos de produção anarquistas, que incluem o Mutualismo, o Coletivismo e o Comunismo, enfatizando o salário pago ou a ausência do mesmo aos trabalhadores em cada modelo socioeconômico.

Retornando à Comuna de Paris, concluímos que a insurreição parisiense continua sendo a primeira revolução proletária antiestatista, antiautoritária e inspirada nas ideias federalistas de Pierre-Joseph Proudhon⁸⁹, após o surgimento do Movimento Anarquista, em 1868. Sua força persiste através das décadas devido ao seu caráter ousado de buscar transformações nas estruturas sociais do século XIX. A Comuna, carrega junto de si a promessa de uma sociedade mais justa e igualitária, e tornou-se um símbolo duradouro de esperança e resistência para a humanidade. Tal como nos escreveu Hobsbawm (2009b, p.

88 As principais revoluções socialistas contemporâneas incluem a do Exército Zapatista no México e a Revolução Curda no Oriente Médio.

89 Woodcock (2002b, p. 69), grifa: “Nem os blanquistas nem os anarquistas, e ainda menos os marxistas, podem reivindicá-la como obra sua. Num sentido mais amplo, pode-se tomar como verdadeiro que a Comuna lutou sob a bandeira do federalismo proudhoniano”.

236): “A Comuna de Paris foi [...] importante não tanto pelo que realizou como pelo que anunciou; era mais formidável como um símbolo do que como um fato”.

No sentido do campo simbólico, compreendemos a importância de utilizarmos ainda a “Utopia” como um horizonte regenerativo à humanidade. Visto que algumas perspectivas teóricas convidam os seres humanos a seguirem em direção ao progresso humanitário e civilizatório, permitindo que ideias, muitas vezes consideradas utópicas, desafiem e confrontem a realidade do sistema autoritário capitalista. Clarificando, será também a partir dos sonhos, da imaginação (coletiva?), que os utopistas poderão questionar, embarçar e constranger um mundo que celebra as desigualdades (sociais, econômicas e políticas); que explora seres humanos e perpetua as distinções de classe; um mundo que prolifera os mais variados preconceitos – sejam eles raciais, homofóbicos, xenofóbicos ou outros; um mundo cinzento que aprisiona indivíduos em suas bolhas de câncer tecnológico; um mundo frio e calculista que oblitera vidas explodindo bombas; um mundo que queima as suas florestas para respirar ar industrializado; um mundo que sarcasticamente ri, cospe e pisa em todas as flores de esperança.

Posicionar-se diante das injustiças, é preciso: eis-me aqui!

Assim, bendizendo as auroras e os ensinamentos ancestrais, saúdo as gerações futuras que edificarão um dia a República Universal dos Trabalhadores. Viva a Comuna de Paris de 1871! Viva a Anarquia!

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **As lições da Comuna de Paris e a atualidade da Revolução Social**. Revista PUCviva40 – Janeiro/Abril, 2011, p 26-31. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/04/pucviva40.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

ADAM, David. **O Debate Marx-Bakunin sobre o Autoritarismo**. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. **Autogestão: da idéia às práticas**. Rev. adm. empres. 23 (1). Mar 1983, p. 37-57. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/D538L6kYG8rw5X4rV9tc8Wj/#:~:text=A%20palavra%20autogest%C3%A3o%2C%20relativamente%20recente,experi%C3%Aancia%2C%20pol%C3%Adtico%2Decon%C3%B4mico%2Dsocial>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BAKUNIN, Mikhail. **Escrito contra Marx: conflitos na Internacional**. Brasília, DF: Novos Tempos, 1989.

BAKUNIN, Mikhail. **Federalismo, Socialismo e Antiteologismo**. São Paulo: Intermezzo Editorial/Imaginário, 2014.

BAKUNIN, Mikhail; et al. **A Comuna de Paris: considerações libertárias**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2016.

BAKUNIN, Mikhail. **A Comuna de Paris e a noção de Estado**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

BANCAL, Jean. **Proudhon: Pluralismo e Autogestão**. Brasília (DF); Novos Tempos Editora, 1984.

BERTHIER, René. **Do federalismo**. São Paulo (SP): Intermezzo, 2016.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **An Invitation to Reflexive Sociology**. EUA: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Sociólogo e o Historiador**. 1. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BRANCALEONE, Cassio. **Anarquia é ordem: reflexões contemporâneas sobre teoria política e anarquismo**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

CORRÊA, Felipe. **Liberdade ou Morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin**. São Paulo: Editora Faísca: 2019.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2022.

DROZ, Jacques. **História geral do socialismo – Vol. 3**. Lisboa: Livros horizonte, 1972.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 3ª edição.

DURKHEIM, Émile. **O Socialismo**. 1ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2016.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3ª Edição [de 1885 d'O 18 de brumário de Luís Bonaparte]. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1 ed. 10 reimp. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Questões Metodológicas e as Ciências Naturais e Humanas**. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, v. 22, n 70, 1995, p. 367-382. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1111>. Acesso em: 03 jul. 2024.

GONZÁLES, Horácio. **A Comuna de Paris e os assaltantes do céu**. São Paulo: Editora Brasiliensa S.A., 1981.

GUILLAUME, James. **A Internacional: documentos e recordações 1**. São Paulo: Editora Imaginário/Faísca: 2009.

GUILLAUME, James. **Karl Marx Pangermanista e a Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864 a 1870**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2018.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009a.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. 14ª ed. São Paulo, SP: Editora Terra e Paz, 2009b.

KALBERG, Stephen. **Max Weber: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KAUFMANN, Bruno. **Os índios iroqueses participaram do início do federalismo suíço**. Swissinfo.ch. 03 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/politica-suica/democracia-eua-su%C3%AD%C3%A7a_os-%C3%Adndios-iroqueses-participaram-do-in%C3%Adcio-do-federalismo-su%C3%AD%C3%A7o/43629606. Acesso em: 03 de jul. 2024.

KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: São Paulo: Imaginário: Ícone Ed., 2005.

KROPOTKIN, Piotr. **O princípio Anarquista e outros Ensaio**s. São Paulo: Hedra, 2007.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda Mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, Piotr.. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011b.

KROPOTKIN, Piotr.. **A Grande Revolução (1789-1793)**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2021.

LÉNINE, Vladimir. **Que fazer?** Livro Virtual. Editora Avante, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LENOIR, Hugues. **A Comuna de Paris e a Educação**. São Paulo (SP): Intermezzo Editorial, 2018.

LENOIR, Hugues. **O que é a anarquia ou o abc do anarquismo**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2021.

LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo – Roteiro da Libertação Social**. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre: 1963).

LEVAL, Gaston *et al.* **Autogestão e Anarquismo**. São Paulo: Intermezzo, 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2023.

LINDEN, Marcel van der. **História do Trabalho: o Velho, o Novo e o Global**. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, janeiro-junho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p11>. Acesso em: 02 dez. 2024.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LINEBAUGH, Peter. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus, e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MALATESTA, Errico. **Anarquistas, Socialistas e Comunistas**. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014.

MARCUSE, Herbert. Prólogo [O 18 de brumário de Luís Bonaparte]. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1 ed. 10 reimp. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl. **Marx & Engels Collected Works Volume 48**. Lawrence & Wishart: Electric Book, 2010.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCKAY, Iain. **Anarquismo, Marxismo e as lições da Comuna de Paris**. Documento não publicado, 2021. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2021/07/16/iain-mckay-anarquismo-marxismo-e-as-lico-es-da-comuna-de-paris/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MICHEL, Louise; et al. **Viva a Comuna: o anarquismo e a Comuna de Paris**. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2024.

MONSMA, Karl; SALLA, Fernando Afonso; TEIXEIRA, Alessandra. **A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 06, n. 12, p. 65-87, jan-abr. 2018. Disponível em: <https://ne.v.prp.usp.br/publicacao/a-sociologia-historica-rumos-e-dialogos-atuais/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

NETTLAU, Max. **História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo**. São Paulo: Hedra, 2014.

PASSETI, Edson. **Natureza, Pensamento e Política**. Ecopolítica, 7: set-dez, 2013, p. 33-59. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/17764/13244>. Acesso em: 03 jul. 2024.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os Socialismos Utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINTO, João Alberto da Costa. **Louis-Eugene Varlin (1839-1871)**. História Revista, Goiânia, GO, v. 16, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/1135>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

PRÉPOSIET, Jean. **História do Anarquismo**. Lisboa: Edições 70, Lda, 2020.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio Federativo**. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2001.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Da Capacidade Política das classes Operárias**. São Paulo (SP): Intermezzo, 2019.

RECLUS, Élisée. **Anarquia pela educação**. São Paulo: Hedra, 2011.

ROSS, Kristin. **Luxo Comunal: o imaginário político da Comuna de Paris**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SAMIS, Alexandre. **Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011a.

SAMIS, Alexandre. As Linhagens de um Clássico [Apresentação: A Conquista do Pão]. In: KROPOTKIN, Piotr.. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011b.

SAMIS, Alexandre. Apresentação [Do Princípio de Autoridade]. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio de Autoridade**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2017.

TRINDADE, Francisco. Apresentação [Do Princípio Federativo]. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio Federativo**. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2001.

VALLE, Ione Ribeiro. **Sociologia Histórica ou História Sociológica? Diálogos a partir de Bourdieu**. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 25. p. 49-60, abr/jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/7502>. Acesso em: 03 jul. 2024.

WEBER, Max. **Weber: Sociologia**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

VIEIRA, Gleison. **Epistemologia das Ciências Sociais em Saint-Simon como matriz de políticas públicas em educação**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/338614>. Acesso em: 13 nov 2024.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

WOODCOCK, George. **História das ideias e Movimentos Anarquistas – Vol. 1**. Porto Alegre: L&PM, 2002a.

WOODCOCK, George. **História das ideias e Movimentos Anarquistas – Vol. 2**. Porto Alegre: L&PM, 2002b.

APÊNDICE

A Paris revolucionária:



Barricada Praça de Vendôme:



A Coluna de Vendôme derrubada:



Comunardos a postos para o combate:

